

Acção Socialista



Nº 1262 27 Abril 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Sócrates apresenta reforma da Segurança Social



Eleições internas 9

Participação massiva dos militantes

Entrevista a Ascenso Simões 10

Portugal preparado para os incêndios de Verão

Concertação Social 15

Consenso sobre as novas regras do subsídio de desemprego

25 de Abril 20

Ideais de Liberdade evocados no Parlamento

Internacional 6

Portugal e Angola reforçam cooperação

SUPLEMENTO



CONGRESSOS
FEDERATIVOS

2006



6 de Maio

Algarve, Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, FRO, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal (dia I), Viana do Castelo, Vila Real.

7 de Maio

Beja, Bragança, Évora, Setúbal (dia II), Viseu.

FORÇA DE MUDANÇA.

www.ps.pt



SILVINO GOMES DA SILVA
Director-adjunto

Contradições, paradoxos e incongruências

A incongruência do líder do principal partido da oposição ultrapassou todos os limites da lógica e da racionalidade política. Em vésperas de mais um Congresso do PSD, Marques Mendes surpreende pela desfaçatez com que diz uma coisa e o seu contrário sobre o mesmo assunto, no caso concreto sobre a introdução em Portugal do comboio de alta velocidade (TGV).

De facto, Marques Mendes em entrevista publicada a 26 de Abril no "Diário Económico" (DE), e na notícia de 27 de Abril do "Diário de Notícias" (DN) sobre a moção com que se vai apresentar ao próximo Congresso do PSD, há uma contradição insanável a respeito do TGV que não pode ser deixada em branco.

Ora, enquanto na entrevista ao DE o líder do PSD afirma claramente que acha "um erro que o Governo queira lançar, nesta fase, a OTA e TGV", já no relato do DN sobre a sua moção pode ler-se, a propósito do comboio de alta velocidade, que pretende "(...) concretizar as ligações ferroviárias rápidas entre a Galiza e o Algarve e entre Lisboa e Madrid, não esquecendo a componente mercadorias; ou seja terminar os principais corredores multimodais Norte/Sul e Este/Oeste", isto é, o próprio TGV. Como a memória em política não pode nem deve ser curta, insistia Marques Mendes em 24 de Julho deste ano que o Governo devia "deixar cair a Ota e o TGV", ao contrário do que agora preconiza na sua moção, cujo título não podia ser mais irónico: "Credibilidade para vencer".

Mas, diga-se, em abono da verdade, que este paradoxo não é novo, nem é de hoje no seio da classe dirigente do PSD. Grave é que seja tão despidoradamente assumido por quem tem as mais altas responsabilidades no maior partido da oposição.

Em vésperas de mais um Congresso do PSD, Marques Mendes surpreende pela desfaçatez com que diz uma coisa e o seu contrário sobre o mesmo assunto, no caso concreto sobre a introdução em Portugal do comboio de alta velocidade

Não será assim que chegarão tão cedo ao Governo do país, a bem de Portugal.

Recorde-se, a propósito, que quando esteve no Executivo até há cerca de um ano, o PSD defendeu os projectos da Ota e do TGV como investimentos fundamentais para o país.

Todavia, regressado à oposição, passa a considerá-los como irresponsáveis. Aliás, se recuarmos ao Governo de Durão Barroso ao qual pertencia Marques Mendes e atentarmos na resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2004, lá se previa o avanço simultâneo, não de duas mas de quatro linhas, e definia-se um calendário absolutamente irrealista para a sua entrada em funcionamento, com a ligação Porto-Vigo concluída em 2009 e a de Lisboa-Madrid concluída em 2010.

A postura do PSD nesta e noutras áreas, como a do voto no Orçamento de Estado, dava abundantes matérias para artigos de jornal, pois tem sido total-

mente incoerente, demagógico e indiciador de uma exploração irresponsável de nichos populistas de descontentamento eleitoral. Já agora, sobre o Orçamento de Estado para 2006, recorde-se também que Marques Mendes, num primeiro momento reconheceu que este era globalmente positivo, para três semanas depois, sendo o orçamento exactamente o mesmo, vir a contradizer-se votando contra. Apetece afirmar que o dr. Marques Mendes vive na necessidade permanente de mostrar que existe e no desespero de ter de marcar a diferença, de permanentemente bater no peito e, nos seus constantes zigzagues, declarar "vejam-me, eu estou aqui!".

Ao mudar de opinião a uma velocidade superior à do próprio TGV, Marques Mendes descredibiliza-se, desacredita-se e gasta o seu tempo político a tergiversar, o que, como se sabe, acaba por atingir imerecidamente toda a classe política.

PS – Também no interior do Partido Socialista, com as eleições para os órgãos locais, concelhios e federativos, encerrou-se um ciclo político. O tempo agora é de unidade em torno do partido e de defesa das posições difíceis que teremos de enfrentar no âmbito da acção governativa. Os militantes socialistas têm pela frente duras batalhas para travar com os nossos adversários, estejam eles à nossa esquerda ou à nossa direita.

As diferenças que porventura existam entre nós devem ser esbatidas e esquecidas o mais rapidamente possível, de forma a concentrarmos as nossas energias na defesa dos nossos ideais, valores e princípios que estão a ser levados à prática pelo Governo de Portugal superiormente liderado por José Sócrates.

Cultura de verdade e de estabilidade nos mandatos

ALTERAÇÃO AO ESTATUTO DOS DEPUTADOS

PROMOVER "uma cultura de verdade e de estabilidade dos mandatos parlamentares" no âmbito de uma reforma do sistema político em que "ninguém se candidate a deputado com o objectivo de renunciar" é o objectivo central do projecto de lei socialista sobre o regime de substituição de deputados.

Segundo o diploma do PS, "espera-se de quem mereceu ser eleito que saiba conservar o mandato conferido pelo eleitorado", porque "o deputado, ao ser investido no cargo, assume uma magistratura e não fica investido numa posição pessoal de que possa dispor a seu bel-prazer".

Trata-se pois de alterar o Estatuto dos Deputados, clarificando e restringindo os motivos considerados "relevantes" e passíveis de determinar a suspensão do mandato, conforme tinha anunciado o mês passado o líder da bancada socialista.

Recorde-se que durante as jornadas parlamentares do PS, realizadas no final de Março, em Viseu, Alberto Martins anunciou que o partido iria apresentar um diploma de alteração ao regime de substituição dos deputados "para que não haja lugar à renúncia nem a substituições casuísticas" por ra-

zões "privadas ou de conveniência político-partidária" e para acabar com "os deputados-relâmpago".

"Quem se candidata para ser eleito tem o dever de cumprir o seu mandato. Não é para renunciar, nem para ser substituído casuisticamente", disse, na altura, o presidente do GP/PS.

Neste sentido, o texto recentemente divulgado altera o artigo 5º do Estatuto dos Deputados que estabelece os motivos considerados relevantes para a sua substituição e que podem determinar, a par com razões criminais, a suspensão do mandato.

Actualmente, consideram-se motivos relevantes a doença prolongada, o exercício da licença por maternidade ou paternidade, o procedimento criminal movido contra os deputados, bem como "outro motivo invocado perante a Comissão de Ética e por esta considerado justificado", o que tem permitido um elevado número de substituições.

O texto proposto pela bancada socialista elimina este último ponto e, em vez de empregar a expressão "doença prolongada", clarifica, referindo, por seu turno, como motivo relevante a existência de "doença grave que envolva impedimento do exercício de funções por período não inferior a 30 dias, nem superior a 180".

O diploma em questão extingue



ainda o ponto que admite que deputados trabalhadores por conta de outrem possam "não reassumir

as correspondentes funções, sem perda de direitos e regalias, salvo o direito à retribuição, em caso

de suspensão do mandato por um período de 50 dias em cada sessão legislativa".

José Sócrates anuncia reforma da Segurança Social

DEBATE MENSAL

O PRIMEIRO-MINISTRO anunciou no Parlamento, durante o debate mensal, que o Governo vai avançar com uma nova fórmula de cálculo das pensões de reforma.

O desejo do Governo, à luz das propostas agora apresentadas, é que toda a carreira contributiva conte para o cálculo da pensão, dispositivo que, segundo o acordo com os parceiros sociais realizado em 2002, só deveria entrar vigor em 2017. Contudo, e perante os estrangulamentos existentes no sistema da Segurança Social, o primeiro-ministro foi ao Parlamento defender a sua antecipação.

A proposta do Executivo será agora objecto de discussão em concertação social, tendo no entanto José Sócrates frisado que a antecipação será sempre “respeitadora dos direitos adquiridos”, não se aplicando, assim, como referiu, “aos trabalhadores com muito longas carreias contributivas”.

As futuras pensões serão calculadas de modo a que a nova fórmula só se aplique aos períodos contributivos posteriores à sua entrada em vigor.

Pensões com tecto máximo

A variação anual do valor das pensões será estabelecida em função da inflação e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que as reformas do sistema público terão um patamar máximo.

José Sócrates justificou esta medida afirmando que a manipulação política do aumento das pensões em vésperas de eleições “não pode



continuar a ser um risco para a sustentabilidade do sistema da Segurança Social”.

Na perspectiva do Governo, os aumentos das pensões devem obedecer a regras claras, tecnicamente fundamentadas, politicamente assumidas e devidamente inscritas na lei.

Ponto relevante da intervenção do primeiro-ministro prende-se

com o facto de o Governo, como disse José Sócrates, querer salvar sempre o poder de compra das pensões mais baixas, indo para isso propor que as variações anuais das pensões sejam estabelecidas em função do desempenho da economia, “nomeadamente tendo em conta o crescimento do PIB e da inflação”.

Contrariando o actual cenário,

o Governo vai, por outro lado, propor igualmente, em concertação social, “um patamar máximo das pensões pagas pelos sistemas públicos”, ficando o seu valor congelado a partir desse limite superior.

Como teve ocasião de afirmar no Parlamento, o “desequilíbrio financeiro da Segurança Social não é compatível com pensões de valor cada vez mais elevado”.

Adiar é matar todo o sistema

O primeiro-ministro lembrou, neste debate mensal, que desde o início da tomada de posse do Executivo socialista, que o problema da sustentabilidade da Segurança Social sempre foi assunto levado muito a sério. Esta a razão, lembrou, porque “promovemos a convergência dos regimes de protecção social, a revisão dos regimes especiais e a alteração do regime de descontos dos trabalhadores independentes”. Devido a esta permanente preocupação com a sustentabilidade do sistema, disse ainda o primeiro-ministro, o Governo apresentou já, pelo lado das receitas, resultados históricos quer no combate à evasão, quer na luta contra a fraude nas contribuições para a Segurança Social.

Cinco propostas para uma reforma

Como referiu o primeiro-ministro durante a sua intervenção, a Segurança Social exige um programa sério de reforma, que responda não só aos problemas de curto prazo mas que se projecte no futuro, “reconstituindo os equilíbrios

do sistema público de Segurança Social”.

Cinco medidas fazem parte das propostas que o Governo foi apresentar ao Parlamento tendo em vista uma reforma eficaz e sustentada do sistema da Segurança Social.

Em primeiro lugar, ligar as pensões de reforma à evolução da esperança de vida. Não se trata de aumentar a idade legal da reforma, mas conceder aos beneficiários um direito de opção dentro de um quadro de três alternativas a saber: ou sujeitar o valor da sua futura pensão a um ajustamento segundo um factor de sustentabilidade, ou disponibilizar-se para um reforço das suas contribuições durante a sua vida activa ou efectivamente prolongar a sua actividade.

Uma segunda medida, onde se perspectiva acelerar a entrada em vigor da fórmula de cálculo aprovada em 2002 e que considera toda a carreira contributiva.

Como terceira proposta refere-se que eventuais aumentos contributivos para o sistema devem obedecer a regras claras, técnica e politicamente assumidas e devidamente inscritas na lei.

Como quarto ponto propõe-se que a taxa contributiva dos trabalhadores varie, ainda que moderadamente, em função do número de filhos.

Finalmente um quinto e último ponto onde se refere que a nossa protecção social precisa de superar as importantes fragilidades que ainda subsistem, propondo-se um reforço da protecção da invalidez, na deficiência e dirigido igualmente às famílias monoparentais. São ainda propostas acções tendentes a um alargamento na protecção às crianças e jovens órfãos.

R.S.A.

Aprovada Lei da Paridade

A ASSEMBLEIA da República aprovou, no passado dia 20, a Lei da Paridade, um documento da autoria do PS, apresentado por ocasião do Dia Mundial da Mulher, que recebeu o apoio do BE, no qual se torna obrigatório para os partidos a inclusão de pelo menos um terço de candidatas nas listas para eleições legislativas, autárquicas e europeias.

Este facto histórico para a igualdade de género ficou, contudo, marcado por um incidente relacionado com o registo dos resultados da votação pelo sistema de voto electrónico utilizado no Parlamento.

Vários deputados socialistas assinalaram, após uma primeira votação, que não tinham consegui-

do registar o seu voto pelo método electrónico. Face a isto, o líder parlamentar socialista, Alberto Martins, pediu imediatamente a repetição das votações “em nome da verdade parlamentar”.

“Uma incapacidade electrónica não se pode sobrepor à vontade de um representante do povo”, salientou, admitindo de seguida que o sistema electrónico “não foi suficiente para apurar o resultado da votação”.

A encerrar a uma discussão que se prolongou por duas horas e após uma segunda votação que se saldou em 122 votos favoráveis e 96 contra a Lei da Paridade, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, afirmou que “a câmara não pode deixar de adoptar este resul-

tado como o resultado da votação final global e, como tal, está aprovado o diploma”.

Entretanto e na sequência desta polémica, Alberto Martins anunciou que o GP/PS vai solicitar a suspensão do sistema de voto electrónico na Assembleia da República até que seja encontrado uma alternativa “fiável”.

“Vamos pedir em conferência de líderes a suspensão do processo electrónico de votação, que hoje, mais uma vez, verificou-se que não funciona”, afirmou o líder da bancada socialista.

Refira-se, a este propósito, que o sistema de voto electrónico foi introduzido no Parlamento português há três, mas nunca foi adoptado como método exclusivo

na contagem de presenças e nas votações, devido aos problemas que o seu funcionamento tem registado desde o início.

A título de sugestão, o presidente do GP/PS indicou o sistema existente na assembleia parlamentar do Conselho da Europa, que, assegurou, “funciona bem e nunca falhou”.

Nesse sistema, cada deputado tem um cartão de identidade parlamentar, com um chip e a respectiva fotografia.

“Na altura das votações, é o número do cartão que fica registado”, informou Alberto Martins

Relativamente à votação da Lei da Paridade, o presidente do GP/PS reiterou que o diploma foi aprovado pela maioria dos deputa-

dos em efectividade de funções.

“Tínhamos o controlo das presenças e sabíamos que tínhamos ganho”, afirmou, sublinhando que a bancada socialista “tinha a certeza absoluta de que havia erro” na altura da primeira votação, quando foram apurados apenas 111 votos “sim”, insuficientes para aprovar o diploma que requeria maioria qualificada dos deputados em efectividade de funções, o que perfaz um total de 116.

Alberto Martins insistiu ainda que a aprovação da Lei da Paridade “não pode ser, de forma consistente, posta em causa”.

Pelo contrário – defendeu – “o que foi posto em causa foi a proclamação dos resultados porque houve um lapso”.

Não existe qualquer querela constitucional

30º ANIVERSÁRIO DA
CONSTITUIÇÃO DE 76

A Lei Fundamental transporta a marca genética que lhe conforma o carácter: o 25 de Abril de 74.

J. C. CASTELO BRANCO

EM MATÉRIA de revisão constitucional, o “desígnio essencial” do PS é a preservação da matriz de “uma República democrática e de um Estado social moderno”, afirmou o líder da bancada parlamentar socialista, Alberto Martins, sublinhando que não existe hoje no país “uma qualquer querela constitucional que seja sentida como problema pela esmagadora maioria dos portugueses”.

Pelo contrário, frisou, “os portugueses encaram a Constituição como uma referência que lhes modelou as liberdades e a vida em democracia”.

Numa declaração política na Assembleia da República, por ocasião do 30º aniversário da Constituição da República portuguesa, Alberto Martins salientou que os socialistas estão, como sempre, disponíveis para o “aperfeiçoamento” da Lei Fundamental, mas não estão, nem estarão, “jamais disponíveis para aniquilar a matriz constitucional de Abril”.

Para o presidente do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), as sete revisões constitucionais já realizadas mostram “a plasticidade e a capacidade de adaptação da Constituição às reformas necessárias a cada momento”.

Mas alertou que “há uma diferença entre tudo isto e o que muitas vezes se vê escrito ou dito, sobretudo por certa direita saudosista ou liberal que anda por aí”.

E, por isso, os socialistas “recusam, com veemência, o furor restauracionista da direita que quer expulsar ou apagar da Constituição a sua matriz identitária, desde logo os direitos sociais consignados no Serviço Nacional de Saúde, na rede de escolas públicas, na Segurança Social para todos os portugueses”.

Em suma, denunciou, “a destruição do Estado Social que a todos



garante um mínimo vital no caminho para uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária”.

Sublinhando que os socialistas não têm “uma leitura inflexível ou fundamentalista” do texto constitucional, Alberto Martins reafirmou que também não aderem “à tese dos fundamentalistas da instabilidade que degrada a Constituição e a sua força normativa e aspira a revisões constantes até à Constituição final, e única, que lhes sirva os objectivos”.

Para o líder do GP/PS, “as revisões devem ser feitas – e só – em resposta a necessidades objectivas que a isso obriguem”.

Também para os socialistas, acrescentou, “o aprofundamento e respeito pela matriz identitária da Constituição da República Portuguesa, a garantia da estabilidade do texto constitucional, não tem impedido a resolução de qualquer problema nacional, no caminho de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária”.

Pelo contrário, frisou, a Constituição, na versão actual, “tem

permitido a formação de governos estáveis, seja maioria relativa ou absoluta, tanto em coligação como na ausência de coligação”, bem como tem possibilitado “a mudança de turno governativo, em perfeita normalidade democrática”.

Segundo Alberto Martins, a Constituição tem também “mostrado ser eficiente na regulação do conflito institucional” e “permitido a aplicação das opções programáticas de desenvolvimento propostas pelos vários governos, à esquerda ou à direita”.

E lembrou, a propósito, que “cada povo, em cada época histórica, define os parâmetros daquilo que para si é o bom governo e os termos que devem nortear a busca colectiva da felicidade e do bem-estar de todos”.

Neste quadro, Alberto Martins referiu que para os socialistas, mas também para a esmagadora maioria dos portugueses, “não há bom governo sem a garantia de um Estado de Direito, democrático e social”, salientando que “quem pensa de modo distinto é uma certa direita,

que verdadeiramente nunca aportou ao 25 de Abril, e espreitou sempre o regresso ao passado em todas as curvas da história”.

Direita restauracionista e neoliberalismo sem horizontes

Segundo sublinhou o líder do GP/PS, a Constituição de 1976 “serviu e serve bem o país”, constituindo “a carta identitária democrática da esmagadora maioria dos portugueses, em relação à qual, como se disse, não existem questões essenciais de divergência”.

E considerou que “os cantos de sereia do descontentamento, para além do construtivismo constitucionalista, residem apenas num restauracionismo serôdio ou num neoliberalismo sem horizontes”.

Para Alberto Martins, a Constituição da República “transporta e bem – a marca genética que lhe conforma o carácter: o 25 de Abril de 74. E com ele a República democrática, as liberdades fundamentais, o Estado social, a que se

acrescentaram, posteriormente, de forma aberta, a economia de mercado e a liberdade de concorrência, o aprofundamento da construção Europeia, e as autonomias regionais”.

E concluiu, afirmando que “a Constituição da República de 1976, ao longo destes anos, e na sua reconstrução necessária, tem-se mantido, sempre, como o código genético da Liberdade e da Solidariedade que lhe garante, só por si, um acentuado carácter de futuridade”.

Gama defende aperfeiçoamento das instituições

Nesta sessão interveio também o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que afirmou que a acção dos militares democratas que “ergueram e mantiveram o espírito originário” do 25 de Abril e “o trabalho responsável” dos deputados que aprovaram a Constituição de 76 “traçaram um quadro institucional que garante interna e externamente as bases gerais de um sistema democrático apto a adoptar, em cada momento, as soluções adequadas e legítimas no plano legislativo ou no plano executivo”.

Jaime Gama sublinhou ainda que “revisões significativas” à Constituição “têm permitido clarificar o sistema político, como em 82, ou o modelo económico, como em 89, ou ainda harmonizar a nossa ordem jurídica com a evolução multilateralizada do direito internacional contemporâneo sempre com preservação do essencial da ordem constitucional democrática instaurada em 76”.

Para o presidente da AR, a “fidelidade essencial” ao espírito da Constituição de 76 exorta a que seja necessário “permanecer atentos e empenhados na continuidade e aperfeiçoamento constantes das nossas instituições representativas, a bem da nossa história política e do que mais ardentemente desejamos seja sempre a lei fundamental de todos os portugueses e de todas as portuguesas, a Constituição democrática da República portuguesa”.

Deputados recordam Assembleia Constituinte

PARA COMEMORAR os 30 anos da Constituição de 1976, vários deputados que integraram a então Assembleia Constituinte reuniram-se, no passado dia 2 de Abril, na biblioteca do Parlamento, tendo a ocasião servido também para o lançamento da obra em dois volumes das “Constituições Portuguesas”.

Referindo-se à Constituição de 1976, o socialista António Arnaut classificou-a como “a fi-

lha primogénita do 25 de Abril”, tendo ainda sublinhado que na altura “todos tínhamos consciência de que estávamos a construir o futuro”.

Para este histórico dirigente do Partido Socialista, e principal responsável pela criação em Portugal do Serviço Nacional de Saúde, e depois de tecer algumas considerações sobre o processo de elaboração da Lei Fundamental e de analisar igualmente o actual

texto constitucional, defendendo que um “Estado social interventor não deve ficar apenas por acções reguladoras”, uma vez que a Constituição, como sublinhou, consagra que os governos “estão obrigados a garantir os cuidados de saúde”, não havendo por isso, na sua leitura, “lugar a qualquer pagamento por parte dos utentes, com excepção das taxas moderadoras”.

Contundente e frontal, como é seu timbre, António Arnaut não

deixou de criticar aqueles que querem rever a Constituição para a despojar da sua matriz humanista, lembrando, a este propósito, que “os socialistas não permitirão o regresso do país ao saguão da sua história”, e que ao “Estado mínimo”, os socialistas irão sempre contrapor com o “Estado social”.

Para este antigo deputado da Assembleia Constituinte, o PS “toma os valores da Constituição como um comprometimento histórico”.

Nesta cerimónia comemorativa, para além de antigos deputados de outras formações partidárias, estiveram ainda presentes o constituinte Manuel Alegre, o ex-presidente da República Jorge Sampaio, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, e os presidentes do Tribunal de Contas e do Tribunal Constitucional, respectivamente, Guilherme d’Oliveira Martins e Artur Maurício.

Reformismo é marca genética do PS

33º ANIVERSÁRIO

JOSÉ SÓCRATES afirmou no dia do 33º aniversário da fundação do PS na Alemanha que o PS tem o reformismo como sua marca genética, mantendo-se fiel aos princípios que estiveram na sua origem.

“Ao longo dos seus 33 anos, o PS caracterizou-se por ter o reformismo como a sua marca genética, por estar sempre aberto a novas ideias e novas soluções”, disse o líder socialista à chegada ao jantar de fundadores do PS, em Queluz, para o qual também foi convidado o presidente do partido, Almeida Santos.

Além de José Sócrates e de Almeida Santos, o jantar reuniu cerca de 30 fundadores do PS, entre os quais o actual presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

José Sócrates afirmou que “o aniversário do PS é também um aniversário da democracia, porque a história do PS confunde-se com a história da democracia em Portugal”.

Nestes 33 anos, sublinhou o secretário-geral, “os portugueses olharam sempre para o PS como um partido defensor da democracia, da liberdade, do desenvolvi-



“O aniversário do PS é também um aniversário da democracia, porque a história do PS confunde-se com a história da democracia em Portugal”

mento e da modernidade”.

E acrescentou que o nosso partido “nunca se caracterizou por ser uma organização política fixista”.

Pelo contrário, frisou Sócrates, o PS pertence “a uma esquerda

aberta a novas ideias e a novas soluções”, mantendo os seus valores de origem como “a promoção da igualdade, do progresso, da justiça social e da liberdade”.

“Nunca fomos um repositório de velhas ideias e de velhas pro-

postas. O PS sempre se manteve à altura dos tempos. Não é um partido conservador, mas, antes, reformista e igual nos fundamentos que levaram à sua fundação”, salientou ainda o secretário-geral do PS.

Alerta para risco de haver partidos sem política

CLUBE PARLAMENTAR PS

O ESBATIMENTO das diferenças ideológicas levar à existência de partidos sem política, que se limitem a substituir-se uns aos outros, sem uma verdadeira alternativa. O alerta foi lançado pelo deputado António José Seguro num jantar-debate organizado pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre os partidos políticos, que contou com a presença do sociólogo Fernando Farelo Lopes.

“Os partidos são hoje mais agentes do Estado do que representantes dos cidadãos junto do Estado. Há menos ideologia e mais pragmatismo. O grande risco que se corre é que passemos a ter partidos e a não ter política. A não ter possibilidade de oferecer escolhas ao eleitorado, afirmou António José Seguro, cabeça-de-lista do PS em Braga nas últimas legislativas.

“Isto desprestigia a democracia, elimina a política e abre campo ao populismo”, advertiu, sublinhando que há a possibilidade de, “a prazo, se matar a política, se matar a ideologia e não dar espaços para fazer escolhas”.

No debate, que foi coordenado pelo ex-ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho, o deputado socialis-



ta João Cravinho alertou igualmente para “a crise da democracia representativa”, que considerou ser “galopante em Portugal”.

João Cravinho manifestou, por outro lado, dúvidas sobre o actual funcionamento dos partidos, ao falar de “redes concretas de acesso, uso e manipulação do poder”, e da “Comunicação Social como campo de legitimação” dos políticos.

A intervenção de Fernando Farelo Lopes centrou-se na defesa de que há uma tendência geral de diminuição da função de representação, de integração e de mobilização dos cidadãos dos partidos, mantendo-se

a sua função institucional.

Por sua vez, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, concordou que “de facto existe uma crise de representação nos partidos” mas não afinou pelo mesmo diapasão quanto ao atenuar das clivagens ideológicas.

Santos Silva lembrou, a propósito, que “as ideologias políticas têm uma longevidade inegável” nos Estados Unidos e no Canadá, representadas pelo binómio republicanos/democratas, e na Europa, com “conservadores e liberais” dum lado e “social-democratas, socialistas, trabalhistas, comunistas e conexos” do outro.

Almeida Santos tem livro escrito sobre a descolonização



O PRESIDENTE do PS, Almeida Santos, anunciou em Maputo o lançamento para breve de um livro sobre as suas memórias da “vivência da era colonial” e da descolonização.

“O livro já está escrito, espero que a verdade seja reposta”, disse Almeida Santos, referindo-se à imagem negativa do processo de descolonização desencadeado após o 25 de Abril que admitiu existir em “muitos portugueses”.

“Não tenho vergonha, tenho orgulho. Não há descolonização má sem colonização má”, sublinhou Almeida Santos, que antes do 25 de Abril de 1974 residia em Moçambique, onde era um conhecido advogado e

destacado opositor à ditadura fascista em Portugal.

Essa postura foi recordada por Sérgio Vieira, dirigente histórico da Frelimo, que sublinhou o facto de Almeida Santos ter sido um dos raros portugueses a defender a autodeterminação e independência para Moçambique quando da eclosão da guerrilha na então colónia, em 1962.

Como ministro da Coordenação Interterritorial do II Governo provisório, António Almeida Santos fez parte da delegação portuguesa que em 7 de Setembro de 1974 assinou, em Lusaca, o acordo com a Frelimo para a independência de Moçambique.

Portugal e Angola re

VISITA OFICIAL DO PRIMEIRO-MINISTRO

José Sócrates voltou satisfeito de Angola, após uma visita marcada pelo reforço da cooperação e pela consolidação de um quadro de segurança para investimentos mútuos, num clima de confiança no povo e no crescimento da economia angolana.

MARY RODRIGUES

“ESTA cimeira entre Portugal e Angola selou uma aliança e uma parceria entre os dois povos, com respeito pelo passado, mas com os olhos postos no futuro”, declarou o primeiro-ministro português ao fazer o balanço da sua primeira visita oficial de quatro dias àquele país africano lusófono.

Evidenciando o entusiasmo que o acompanhou durante toda a visita e apesar do cansaço, Sócrates reiterou a sua confiança no crescimento da economia angolana, elogiando reiteradamente o comportamento das autoridades locais.

Na conferência de Imprensa realizada, no dia 8 de Abril, no Centro Cultural Português, o chefe do Executivo recordou os acordos alcançados nos mais diversos domínios, renovando os apelos feitos aos empresários portugueses no sentido de apostarem em Angola mediante a criação de empresas no território de forma a contribuir para a recuperação da sua economia.

Alertando que “não há investimento que não comporte algum tipo de risco”, frisou contudo que “não apostar agora pode significar perder uma excelente oportunidade”.

Na ocasião, José Sócrates recordou também a evolução de Angola desde os acordos de paz assinados em 2002, para logo saudar o processo de consolidação das instituições políticas deste país africano.

“Não há confiança na economia sem que exista igualmente confiança nas respectivas instituições políticas”, vincou.

Após agradecer publicamente ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao seu homólogo Fernando Dias dos Santos pela forma calorosa com que foi recebido, Sócrates sublinhou que esta sua primeira visita oficial “reforçou o clima de confiança que já existia entre as autoridades dos dois países”, permitindo “lançar uma parceria mais ambiciosa entre Portugal e Angola”.

Essa parceria passa, disse, pelos diversos acordos assinados em



diversos sectores que vão da economia à cultura, passando pela educação e a saúde.

Nesta nova estratégia de cooperação a médio prazo entre os dois países ganha especial relevo o protocolo para a protecção e promoção recíproca de investimentos, que se procurará “consolidar” um quadro de segurança neste domínio.

No segundo dia de visita, e depois de considerar que a abertura do banco de capitais integralmente portugueses Millenium Angola um “bom exemplo de cooperação económica, José Sócrates anunciou o aumento da actual linha de crédito para o investimento das empresas dos actuais 100 milhões para 300 milhões de euros, tendo em vista a possibilidade de acomodar os novos projectos que Luanda vai apresentar em breve.

Também no plano económico, os governos de Portugal e Angola assinaram uma convenção sobre concessão de crédito de ajuda no valor de 100 milhões de euros ao país africano, sob a forma de juros bonificados e com garantia do Es-

tado aos bancos envolvidos.

Na mesma assinatura de acordos bilaterais estabeleceu-se também uma “base jurídica para a intensificação da cooperação no

turismo”, favorecendo o incremento de fluxos entre ambos países e promovendo o intercâmbio de informações e experiências nos mais diversos domínios.

Ao nível científico e tecnológico, os governos de Luanda e Lisboa decidiram “coordenar a cooperação existente, mas que se encontra desarticulada e dispersa.

GAMA DEFENDE ASSEMBLEIA PARLAMENTAR NA CPLP

CONVICTO de que o acompanhamento da actividade da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) pode melhorar a sua eficiência e produtividade, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, defendeu a criação da Assembleia Parlamentar desta organização internacional lusófona.

“O nosso objectivo é estarmos vigilantes sobre a CPLP”, disse por ocasião da sua recente deslocação a Luanda e à margem da cerimónia da abertura do V Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, onde também participaram os deputados socialistas Vítor Ramalho, Miguel Coelho e Maria do Rosário Carneiro.

Para Jaime Gama, a criação de uma assembleia na estrutura da CPLP “favorece a consolidação institucional da comunidade e reforça o enraizamento da prática de valores democráticos que a todos interessa”.

Esta questão foi também abordada pelo presidente cessante do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, o brasileiro Aldo Rebelo, para quem “só o

parlamento, que representa o povo, tem capacidade, sensibilidade e legitimidade para recolher os anseios da população”.

A importância da vertente parlamentar da CPLP foi também referida pelo presidente da Assembleia Nacional de Angola, Roberto de Almeida, no discurso que proferiu na abertura dos trabalhos, altura em que reforçou a ideia avançada por Gama de criar uma “assembleia parlamentar da lusofonia”.

Refira-se que, no V Fórum Parlamentar de Língua Portuguesa, Angola assume a presidência rotativa desta organização, cargo exercido pelo Brasil desde a anterior reunião, realizada em Brasília, em Janeiro de 2005.

A próxima reunião deste do Fórum está marcada para 2007, na Guiné-Bissau.

O Fórum Parlamentar de Língua Portuguesa tem como objectivos o reforço da democracia representativa, a defesa dos direitos humanos e o aprofundamento dos laços de cooperação entre os parlamentos dos países lusófonos.

Reforçam cooperação



Mais participação portuguesa na cultura angolana

Já na vertente da cooperação cultural, José Sócrates afirmou que

Portugal tem “grandes responsabilidades”, defendendo que esta é a “via ideal” para transmitir a imagem de um país “moderno e ambicioso”.

A mensagem foi deixada na ceri-

mónia de inauguração da exposição “Portugal Novo”, no Centro Cultural Português, uma mostra que inclui pinturas de Paula Rego e Julião Sarmento, fotografias de Helena

Almeida e Jorge Molder, e esculturas de Rui Chafes.

Após saudar, neste âmbito, o protocolo de cooperação assinado entre a RTP e a Televisão Pública de Angola nas áreas da produção de conteúdos, co-produção e formação e requalificação técnico-profissional, Sócrates disse que o nosso país passará a fazer-se representar com maior destaque na trienal da capital angolana, sobretudo na escultura, apresentando também instalações de vídeo de jovens criadores portugueses.

Ainda no plano da cooperação e após uma reunião plenária entre os dois governos, os primeiros-ministros José Sócrates e Fernando Dias dos Santos assinaram quatro memorandos de entendimento que visam criar o Centro de Investigação Clínica para o combate a doenças como a malária, a tuberculose e a sida e formar técnicos na prestação de cuidados de saúde.

Sócrates anunciou ainda que Portugal irá reforçar o sistema educativo angolano no próximo ano lectivo (Março de 2007) com a colocação naquele país africano de 200 professores portugueses.

Por seu turno, o chefe de Estado angolano manifestou “grande prazer” por ter conhecido pessoalmente o primeiro-ministro português, confessando-se impressionado pelas fortes convicções, clarividência e empenhamento na busca de soluções evidenciadas por Sócrates no encontro privado do Palácio da Cidade Alta, em Luanda.

Segundo José Eduardo dos Santos, a conversa que teve com o chefe do Governo português foi “franca e profunda”, abordando diferentes aspectos das relações bilaterais.

“A coincidência de pontos de vista alargou-se também a questões do âmbito internacional, como a análise da actual situação da Guiné-Bissau, em São Tomé e da República Demo-

crática do Congo, referiu.

Ao fazer um apelo ao investimento português em Angola, o primeiro magistrado daquela nação lusófona considerou que a visita de Sócrates “dará um novo impulso às relações bilaterais, que estão num ponto de viragem muito importante”.

Na ocasião, José Sócrates congratulou-se com o facto de não existirem nuvens a ensombrar o horizonte das relações entre os dois países, frisando que, inclusivamente a nível político, os partidos que estão no poder em Luanda e em Lisboa pertencem à mesma organização – a Internacional Socialista.

A finalizar o tema político, o chefe do executivo português manifestou o interesse do nosso país em participar na reconstrução de Angola, salientando que as razões para tal envolvimento “não são apenas históricas”, mas prendem-se com as vantagens mútuas existentes.

Vistos em 48 horas

Na conferência de Imprensa conjunta, o Presidente angolano abordou igualmente o problema dos vistos, assegurando que Portugal e Angola estão “empenhados em criar instrumentos e condições para facilitar a circulação de cidadãos entre os dois países, “sem descuidar aspectos relativos à segurança nacional”.

A ideia – reforçada também por Sócrates – foi entretanto consubstanciada pelo acordo alcançado entre os governos de Luanda e Lisboa que prevê a concessão de vistos no prazo máximo de 48 horas em situações consideradas urgentes, particularmente a empresários, políticos e para casos humanitários.

Outro dos anúncios importantes feitos no âmbito desta visita oficial de quatro dias coube ao ministro da Defesa, Luís Amado, que à margem da cerimónia realizada a bordo da fragata “Corte Real”, atracada em Luanda, manifestou a disponibilidade do nosso país para apresentar ao Executivo angolano uma proposta de melhoria da capacidade naval da Marinha de Angola, fornecendo equipamentos, manutenção e formação de pessoal especializado.

Nesta primeira visita oficial a Angola, o primeiro-ministro visitou a Assembleia Nacional daquele país, avistando-se com o presidente deste órgão de soberania, assistiu ao lançamento de projectos de investimento portugueses em Benguela e no Lobito e visitou a Escola Portuguesa de Luanda, encontrando-se depois com a comunidade portuguesa residente na capital angolana.

José Sócrates foi acompanhado nesta visita por uma notável comitiva onde se incluíram dez membros do Executivo, dezenas de empresários, entre os quais representantes da banca e dos sectores das obras públicas, alimentação e bebidas, máquinas e tecnologias de informação.

PS E MPLA ESTREITAM RELAÇÕES

ESTREITAR as relações entre o Partido Socialista e o MPLA foi o principal objectivo de uma visita de três dias a Luanda do secretário para as Relações Internacionais do PS, José Lello, e do director do Departamento de Relações Internacionais, Paulo Pisco.

Durante os encontros com altos dirigentes do MPLA ficou estabelecido que os dois partidos, ambos membros da Internacional Socialista, vão passar a ter uma cooperação regular e estruturada em vários domínios de interesse mútuo.

No encontro com a delegação do PS, o vice-presidente Pitra Neto deu conta dos esforços que Angola está a fazer para consolidar o seu desenvolvimento económico, social e político, tendo ambas as partes,



por outro lado, concordado na necessidade de se virar uma página na história do relacionamento entre os dois partidos.

Os responsáveis do PS reuniram também com os secretários do Bureau Político do MPLA para as Relações Internacionais, Paulo Jorge, para os Assuntos Políticos e Eleitorais, Faustino Muteuca, para os Assuntos Económicos e Sociais, Nunes Júnior, e para a Organização e Mobilização, João Martins.

Durante a visita houve ainda uma reunião de trabalho com uma delegação chefiada pelo líder do Grupo Parlamentar do MPLA, Burnito de Sousa, onde foram também abordadas diversas matérias de possível cooperação.

Coincidência de opiniões sobre o futuro

CIMEIRA LUSO-FRANCESA

Os governos português e francês, representados ao mais alto nível, respectivamente por José Sócrates, Dominique de Villepin e Jacques Chirac, reuniram-se em Paris na segunda cimeira luso-francesa, tendo na oportunidade assinado diversos protocolos em áreas ligadas à inovação, competitividade e ao conhecimento.

RUI SOLANO DE ALMEIDA



NO FINAL da visita, Sócrates realçou a grande sintonia dos dois governos em relação ao desenvolvimento económico e ao futuro da Europa, sublinhando ainda os pontos de vista comuns que ambos os países têm em relação à política internacional.

Para José Sócrates, esta coincidência de opiniões, quer em relação ao futuro dos dois países, quer no tipo de objectivos que defendem para um aprofundamento do projecto europeu, vem demonstrar, como sublinhou, que só através de uma forte aposta na inovação, na competitividade e no conhecimento, é que estes intuitos poderão ser reforçados.

Na agenda deste segundo encontro luso-francês estiveram ainda em discussão assuntos tão importantes e com tanto peso para o futuro do espaço europeu como o alargamento e as perspectivas financeiras para 2007/2013, a presidência portuguesa da União Europeia e a cimeira UE/África, que se realizará em Portugal no segundo semestre do próximo ano.

As relações da União Europeia com África foram, aliás, um dos temas abordados nesta cimeira, tendo o Presidente francês, Jacques Chirac, manifestado o seu entusiasmo com o facto de Portugal pretender aprofundar as relações com este Continente durante a sua presidência da UE.

Na ocasião, o chefe do Governo francês sublinhou que este encontro vem numa boa altura, lembrando a

propósito que “há muito tempo que não se realiza uma cimeira entre a União Europeia e África”.

Enquanto decorriam os encontros de José Sócrates com o Presidente Jacques Chirac, no Palácio do Eliseu, e mais tarde com o primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin, no Palácio de Matignon, sede do Governo, os ministros portugueses da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, da Ciência e Ensino Superior,

Mariano Gago, e da Economia e Inovação, Manuel Pinho, encontravam-se com os seus homólogos em reuniões separadas.

Também estes responsáveis governamentais contribuíram, nas suas esferas de influência, para o estabelecimento e assinatura de alguns protocolos de grande significado para ambos os países.

A este respeito, o primeiro-ministro português sublinhou que

com a assinatura destes protocolos “demos um grande contributo para a promoção do intercâmbio tecnológico e cultural entre as juventudes e o mundo do trabalho”, oferecendo-lhes a possibilidade de usufruírem do “melhor que se está a fazer em termos de tecnologias em França e em Portugal”.

Câmara de comércio luso-francesa

Muitas outras medidas e em áreas muito diferenciadas estão agora contempladas nos acordos assinados por ambos os governos, com um realce especial, no capítulo da cooperação económica, para o desejo manifestado pelos dois primeiros-ministros da criação em breve de uma câmara de comércio luso-francesa.

Neste sentido, José Sócrates anunciou que os dois países têm a intenção de realizar em Junho um fórum de empresários e gestores de origem portuguesa, precisamente com vista à criação de uma câmara de comércio.

Estrutura tanto mais significativa e indispensável, quanto, como lembrou o primeiro-ministro português, a França representa “o segundo mercado mais importante para Portugal”,

enquanto que, o mercado português, pelo seu lado, “se afigura muito interessante para França”. Recorde-se que já existe em Lisboa uma câmara de comércio franco-portuguesa.

A Estratégia de Lisboa foi outro dos temas levados a esta cimeira, razão pela qual José Sócrates se fez acompanhar, para além dos ministros da Educação, Ciência e Ensino Superior e da Economia e Inovação, pelo coordenador da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho.

Segundo Sócrates, as relações entre Portugal e a França têm sido ao longo dos anos, não só muito consistentes, mas também muito solidárias, referindo a este propósito e na ocasião o primeiro-ministro francês “que a relação de amizade que une os dois países é algo que vem de há muito tempo”, e que importa consolidar.

Para Villepin, o número significativo de portugueses e dos seus descendentes que vivem e trabalham em França, são testemunhas do excelente clima que desde sempre existiu entre os dois países, referindo-se aos portugueses como uma “comunidade vibrante, dinâmica, calorosa e que está perfeitamente integrada”.

PROTOS ESTABELECIDOS NO ÂMBITO DA CIMEIRA LUSO-FRANCESA

Ensino

- Ao nível do ensino secundário ficou estabelecido o princípio de promover e desenvolver a oferta do ensino do português e do francês nos sistemas educativos de ambos os países.
- Para o ensino superior ficou reservado o estabelecimento de uma futura concertação institucional de cariz regular, de modo a incentivar as trocas de informação sobre a evolução dos respectivos sistemas.
- Reforçar as condições para a mobilidade dos estudantes entre os dois países.
- Constituir redes de estabelecimentos de ensino superior de qualidade, com vista a fazer emergir formações em parceria, que conduzam à realização de segundos e terceiros ciclos (mestrados e doutoramentos) em comum, com atribuição de diplomas conjuntos abertos a estudantes de outros países.

Investigação científica

- Reforçar a cooperação científica bilateral, promovendo a realização de encontros ou seminários com o objectivo de identificar temáticas de interesse estratégico para as instituições e as comunidades científicas

- Reforçar a cooperação nas áreas das ciências e tecnologias marinhas, biotecnologia, ciências da saúde, medicina e engenharia biomédica, nomeadamente na imageologia médica.
- Apostar fortemente nas ciências alimentares, na agronomia e nos recursos naturais, trocando experiências.
- Reforçar a concertação bilateral ao nível das tecnologias da informação e das comunicações e ainda nas nanotecnologias.

Na área dos projectos de desenvolvimento

- Neste capítulo os dois países comprometem-se a estabelecer uma cooperação ao nível dos projectos de investigação sobre as temáticas ligadas ao desenvolvimento, em particular nas áreas da biodiversidade e da saúde, empreendendo projectos conjuntos vocacionados para parceiros situados quer na América Latina, quer em África.
- Comprometimento de estabelecer contactos entre os organismos ligados a uma cooperação na área da energia, sobretudo ao nível das energias renováveis.
- Colaboração nas questões relacionadas com o espaço, designadamente no âmbito da Agência Espacial Europeia (ESA).

Vitória da esquerda põe fim aos atropelos democráticos

ITÁLIA

O PS congratulou-se com a vitória da coligação de centro-esquerda nas eleições gerais italianas, considerando que “será boa para a Itália e boa para Europa” e representará o final dos “atropelos democráticos” no país.

O secretário nacional para as Relações Internacionais do PS,

José Lello, considerou que a vitória da coligação liderada pelo ex-presidente da Comissão Europeia Romano Prodi, apesar de ser por “escassa margem”, põe fim a “cinco anos de confusão e de descrédito para o Estado italiano. O estilo ‘condotieri’ estava datado”.

Segundo sublinhou José Lello, a maioria dos italianos “rejeitou a confusão entre Estado e parti-

do, entre os interesses de Silvio Berlusconi e interesse público, a gestão na base da casuística e da demagogia e os atropelos democráticos”.

Do novo Governo, que será liderado por Romano Prodi, o secretário nacional do PS disse que se espera “mais rigor, mais ambição e mais decência, a bem da Itália e da Europa”.



Eleições federativas marcadas por forte participação

AS ELEIÇÕES internas do PS decorreram, nos dias 21 e 22 de Abril, com uma forte participação dos militantes. O sufrágio traduziu-se em oito novas lideranças e na manutenção da estabilidade em 11 das presidências das nossas 19 estruturas federativas.

No Porto, a maior federação socialista do país em número de militantes foi conquistada pelo deputado Renato Sampaio, que alcançou uma vitória expressiva, afastando qualquer cenário de divisão na família socialista portuense, tanto mais que foi o único candidato que se apresentou à eleição.

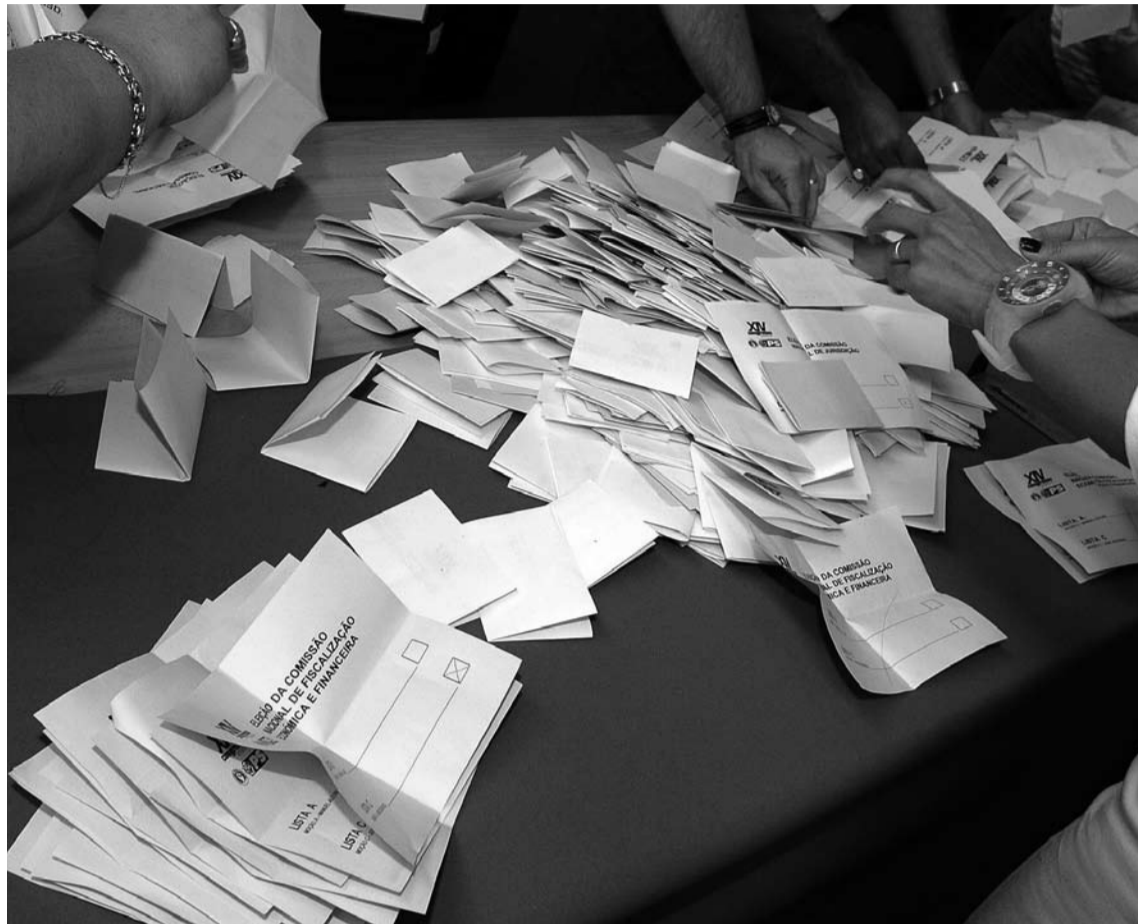
Também na zona norte do país, a presidência da Federação do PS de Vila Real foi ganha pelo camarada Rui Santos, que sucede a Ascenso Simões, que deixou o cargo ao assumir as suas actuais funções governativas.

Em Aveiro, a renovação na liderança tem o rosto de Afonso Candal, vice-presidente da bancada parlamentar socialista, cujo adversário Costa Amorim desistiu à boca das urnas.

Por seu turno, o sufrágio na Federação de Leiria teve como desfecho a eleição de João Paulo Pedrosa, que também enceta uma nova liderança a nível distrital ao recolher mais votos que o seu adversário Luís Monterroso.

Mais a Sul, a mudança aconteceu em Setúbal, onde o deputado Vítor Ramalho assumirá a condução dos destinos do partido ao nível distrital, após ganhar a disputa à camarada Maria Amélia Antunes.

Já no Alentejo, Évora foi outra das estruturas federativas a renovar a sua presidência, com a vitória de Norberto Patinho, que sucederá o



actual coordenador do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho.

Na FRO a mudança foi protagonizada por José Manuel Custódio, que superou a candidatura adversária de Jacinto Leandro ao passo que, em Santarém, o novo rosto da liderança distrital é o camarada António Rodrigues, que teve como adversário o camarada Nelson Carvalho.

No resto da rede federativa do PS mantiveram-se os respectivos presidentes.

Em Lisboa, Joaquim Raposo foi reeleito líder da FAUL, cargo que ocupa desde 2003.

Os deputados socialistas Pita Ameixa e Ceia da Silva, que disputou a eleição com o camarada Taveira Pinto, permanecem à frente das estruturas distritais de Beja e Portalegre, respectivamente.

Também em Faro, os militantes algarvios optaram pela estabilidade, reconduzindo Miguel Freitas na liderança distrital com 90 por cento dos votos.

A norte, para presidir à federação dos socialistas bracarense foi novamente escolhido Joaquim Barreto, que disputou o sufrágio com o camarada José Ribeiro, e, em Bragança, Mota Andrade

manteve igualmente a liderança.

Reeleitos foram ainda Rui Solheiro em Castelo Branco, Vítor Baptista em Coimbra, que teve Luís Marinho como opositor, José Junqueiro em Viseu e Fernando Cabral na Guarda, que concorreu contra José Igrejas.

Entretanto, refira-se que no mesmo período em que decorreram as eleições para a liderança das estruturas distritais do PS foram também sufragados os delegados aos congressos federativos que terão lugar a 6 e 7 de Maio (ver caixa).

M.R.



ALGARVE
Miguel Freitas
91,68%



AVEIRO
Afonso Candal
84,05%



BAIXOALENTEJO
Luís Pita Ameixa
93,70%



BRAGA
Joaquim Barreto
56,20%



BRAGANÇA
Mota Andrade
95,95%



C. BRANCO
Joaquim Mourão
94,24%



COIMBRA
Vítor Baptista
65,22%



ÉVORA
Norberto Patinho
97,69%



FAUL
Joaquim Raposo
85,90%



FRO
José Manuel Custódio
61,51%



GUARDA
Fernando Cabral
51,24%



LEIRIA
João Paulo Pedrosa
68,45%



PORTALEGRE
Ceia da Silva
75,32%



PORTO
Renato Sampaio
93,30%



SANTARÉM
António Rodrigues
55,93%



SETÚBAL
Vítor Ramalho
50,69%



V. DO CASTELO
Rui Solheiro
90,48%



VILA REAL
Rui Santos
94,76%



VISEU
José Junqueiro
92,95%

CONGRESSOS FEDERATIVOS DO PARTIDO SOCIALISTA

6 E 7 DE MAIO DE 2006

| | | | |
|-------------------------|---------------|---------------|---|
| ALGARVE | XI Congresso | 6 de Maio | Grande Auditório do Campos de Gambelas da Universidade do Algarve |
| AVEIRO | XII Congresso | 6 de Maio | Grande Auditório – Centro Cultural e de Congressos de Aveiro |
| BEJA | XII Congresso | 7 de Maio | Casa da Cultura – Câmara Municipal de Beja |
| BRAGA | XII Congresso | 6 de Maio | Sala Multiusos do Mercado Municipal de Cabeceiras de Basto |
| BRAGANÇA | XII Congresso | 7 de Maio | Auditório da Casa do Povo de Vinhais |
| CASTELO BRANCO | XII Congresso | 6 de Maio | Casa da Cultura (Alameda da Carvalha) da Sertã |
| COIMBRA | XII Congresso | 6 de Maio | Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra |
| ÉVORA | XII Congresso | 7 de Maio | Cine-Teatro do Redondo |
| FROESTE | XII Congresso | 6 de Maio | Auditório da AMAL – Associação Musical e Artística Lourinhanense - Lourinhã |
| GUARDA | XII Congresso | 6 de Maio | Auditório do Instituto Politécnico da Guarda – Rua Soeiro Viegas |
| LEIRIA | XII Congresso | 6 de Maio | Hotel Eurossol de Leiria |
| LISBOA | XII Congresso | 6 de Maio | Auditório I da FIL – Expo |
| PORTALEGRE | XII Congresso | 6 de Maio | Pavilhão Municipal do Crato |
| PORTO | XII Congresso | 6 de Maio | Alfândega do Porto |
| SANTARÉM | XII Congresso | 6 de Maio | Teatro Sá da Bandeira – Santarém |
| SETÚBAL | XII Congresso | 6 e 7 de Maio | Auditório do Inatel – Costa de Caparica |
| VIANA DO CASTELO | XII Congresso | 6 de Maio | Auditório da EPRALIMA (Esc. Prof. Vale do Lima – Ponte da Barca) |
| VILA REAL | XII Congresso | 6 de Maio | Grande Auditório do Teatro de Vila Real |
| VISEU | XII Congresso | 7 de Maio | Expo Center – Hotel Montebelo |

Portugal está preparado para os incêndios florestais

ENTREVISTA

Ascenso Simões é o responsável no Governo pela coordenação das políticas de combate aos fogos florestais e pela regulação do tráfego automóvel. Ao "Acção Socialista", o secretário de Estado da Administração Interna reconheceu que trabalha em duas frentes muito problemáticas, mas garantiu que o Executivo do PS está a alcançar resultados positivos em ambos os sectores.

RUI SOLANO DE ALMEIDA



As matas e florestas portuguesas têm sido alvo nos últimos anos de uma verdadeira devastação. É um património que está a desaparecer aos poucos numa altura em que todos os recursos são poucos para ajudar a relançar o país. O que se está a fazer para inverter este cenário?

Este Governo tem vindo a tomar medidas como nenhum outro com o objectivo de dotar o país com os meios técnicos e humanos necessários e suficientes capazes de enfrentar com sucesso o flagelo dos fogos florestais de Verão.

Oficialmente quando é que o Governo considera que começa a chamada época de fogos?

Quanto a isso talvez seja necessário clarificar um pouco. Nós não estabelecemos, e isto que fique claro, um início para a época de fogos. Este Governo considera que em qualquer altura do ano poderão ocorrer fogos florestais, razão pela qual os nossos dispositivos de prevenção e actuação estão desde já à altura de poderem actuar.

Porque a verdade é esta: nós não temos, como nunca tivemos, qualquer garantia que num mês frio como Janeiro ou Fevereiro, basta que sejam meses secos, não possa acontecer um fogo de grandes proporções, fruto quiçá das mais diversas circunstâncias, desde o próprio ordenamento florestal, onde se sabe há um enorme trabalho ainda a fazer, até à sempre lamentável e condenável ausência de gestão activa da floresta.

Como os dados são estes, como aliás sempre foram, e desde há décadas que o são, decidimos logo em princípios de Janeiro de 2006 pôr no terreno o que chamámos um pla-

no de contingência, plano esse que irá estender-se até 15 de Maio.

A partir desta data e até ao final de Setembro, iremos aumentar o dispositivo e disponibilizar gradualmente os meios, à medida que a realidade concreta a isso aconselhar.

Falou há pouco na gestão activa das florestas. Trata-se de algo que em Portugal ou não existe, ou quando existe manifesta-se pura e simplesmente insuficiente.

Exactamente. Lamentavelmente, o país pouco ou nada tem ligado às suas florestas aos longo das últimas décadas. O resultado desta atitude, que não posso deixar de classificar como de desleixo, está hoje à vista de todos.

Só agora, o Ministério da Agricultura está a iniciar um processo de maior atenção política a estas questões, nomeadamente com a criação das zonas de intervenção florestal, com a valorização dos sapedores florestais, que até aqui estavam praticamente postos de lado em todo o processo de vigilância e combate aos fogos florestais, ou ainda com a dinamização de medidas que possam permitir apoios diversos às câmaras municipais. Portanto, só agora e muito recentemente é que nós podemos dispor de algumas políticas activas capazes de nos ajudar a intervir na floresta.

Ora, é ao Ministério da Administração Interna que cabe em qualquer circunstância a responsabilidade de defender todos os golos, quer existam ou não defesas, médios ou avançados. Ou seja, cabe a este ministério a responsabilidade de preparar o dispositivo adequado às especificidades do momento, respondendo de forma rápida e

tecnicamente ajustada às circunstâncias.

A partir do próximo dia 15 de Maio, o país poderá então ficar mais sossegado. O Governo terá todos os dispositivos, humanos e técnicos, em alerta total?

Podemos pôr o problema dessa maneira, mas como lhe disse atrás, desde Janeiro que temos no terreno um plano de contingência capaz de responder de forma eficaz a qualquer alerta de fogo florestal que venha a ocorrer.

A partir de 15 de Maio nós iniciamos um período mais activo, onde passaremos a dispor de um dispositivo permanente, quer de homens, quer de meios, terrestres ou aéreos, e também, que é uma novidade este ano, de um novo dispositivo formado por militares da GNR, a quem caberá a responsabilidade de uma primeira intervenção quando o fogo ainda está no começo.

Recordo que o nosso dispositivo de combate aos fogos florestais é sobretudo constituído por corpos de bombeiros voluntários que são a força essencial do nosso sistema de protecção e socorro, razão pela qual estamos empenhados de forma activa na sua valorização técnica, para que eles sejam cada vez mais capazes de actuar de forma correcta nos vários tipos de combate aos fogos com que se deparam.

Mas só isto não basta. No âmbito da Protecção Civil, nós precisamos urgentemente de ter estruturas complementares e de valorizar consideravelmente todos os agentes que de algum modo intervêm na prevenção e no combate aos incêndios florestais, já que se tratam provavelmente, na minha perspecti-

va, do nosso principal problema de segurança.

Cabendo ao MAI, e à secretaria de Estado em particular, a responsabilidade de coordenação de todas estas políticas, com quem é que trabalham no terreno e com quem é que contam nas primeiras linhas?

Desde logo, com aqueles que se têm revelado ao longo dos anos como os principais agentes de combate aos fogos florestais: os muitos corpos dos bombeiros voluntários existentes um pouco por todo o país. Tratam-se de estruturas civis que emanam da sociedade civil, aspecto de grande relevância e um facto que importa que jamais o esqueçamos.

Num país onde o voluntariado, de forma generalizada, se tem revelado pouco dinâmico, é de realçar a apetência que muitos portugueses, cerca de 40 mil, têm demonstrado em relação às associações humanitárias de bombeiros.

Por isso, são forças que este Governo quer valorizar, e neste sentido temos vindo a empreender um esforço importante, quer na formação técnica dos seus elementos, quer na dotação de equipamentos novos e modernos para as inúmeras associações de bombeiros voluntários, trabalho que está longe de estar acabado e que queremos continuar.

É bom que recordemos, por outro lado, que os bombeiros voluntários não limitam a sua actividade no combate aos incêndios florestais. Se esta será porventura a sua mais importante tarefa, aquela a que mais associamos no nosso imaginário a tarefa de um bombeiro, outras de grande significado e importância

para a sociedade fazem igualmente parte do seu quotidiano. Como seja o socorro urbano, tarefa que por norma são sempre os primeiros a aparecer, mas também em relação aos fogos urbanos ou transporte de doentes ou de idosos, entre uma infinidade de outras acções. É por tudo isto que este Governo tem vindo a apostar cada vez mais na valorização, humana e técnica dos diversos corpos de bombeiros voluntários espalhados por todo o país.

Mas perante esta enorme tarefa que é combater fogos florestais, que por vezes atingem, como se sabe, dimensões e proporções enormes, temos, como é o obvio, que contar com toda a gente.

E aqui entram os sapedores florestais, por exemplo, um corpo que este Governo tem vindo a valorizar, que dependem não do MAI, mas do Ministério da Agricultura, e que igualmente têm vindo a assumir um papel relevante não só ao nível da vigilância florestal mas também na ajuda às populações e mesmo no combate aos incêndios florestais, para além de lhes estar adstrita a responsabilidade das acções de rescaldo.

Contamos ainda, e desde já, com a colaboração de um corpo especial da Guarda Nacional Republicana (GNR) que terá a seu cargo a vigilância, fiscalização e dotação dos incêndios florestais. Trata-se, portanto, de introduzir em toda esta problemática uma outra dimensão, que até aqui não existia. Deste novo corpo, recorde, fazem parte os antigos guardas florestais que deste modo, e na nossa perspectiva, passaram a fazer parte integrante de uma nova força, com cerca de mil homens, que lhes permite ter uma outra capacidade e uma maior operacionalidade.

Mas aqui há igualmente uma outra dimensão. Estou a referir-me ao crime. O que é que se está a fazer neste particular?

Em relação às acções criminosas, ou à sua prevenção, nós tivemos o ano passado, e pela primeira vez, uma grande atenção por parte da Polícia Judiciária.

Os indicadores que nós temos são muito animadores ao nível das diversas investigações executadas por esta polícia, o que nos permite pensar que este ano teremos neste capítulo resultados ainda mais satisfatórios.

A Polícia Judiciária tem hoje capacidade e conhecimentos que lhe permitem o uso de instrumentos e de identificação de riscos, que não existiam até ao ano passado, facto que nos autoriza ter alguma esperança que este ano tudo deverá

correr melhor, quer no que respeita à prevenção, quer no que diz respeito ao combate aos incêndios florestais.

Falemos agora dos meios logísticos. Quais as novidades com que o país poderá contar já para 2006?

Em primeiro lugar é preciso referir os homens. Pela primeira vez o país tem uma verdadeira orientação operacional no sentido de separar aquilo que é a defesa de pessoas e bens daquilo que é o combate ao incêndio florestal.

O que acontecia tradicionalmente, é que, fruto das circunstâncias, a primeira preocupação consistia em salvar as pessoas e os seus bens, acontecendo por isso, muitas

“Portugal passará a contar a partir deste ano com 50 meios aéreos no combate aos incêndios florestais”

“Nos finais dos anos 90, o país assistia a um assustador quadro de horror nas estradas portuguesas”

vezes, que esta atitude obrigava a que o combate ao fogo se fizesse de forma muito recuada no terreno. Ora aquilo que nós vamos passar a ter são equipas que tratam de duas coisas diferentes. Uma primeira equipa que se concentrará no ataque inicial ao incêndio com uma valorização do ataque ampliado e ao mesmo tempo outra equipa que se preocupará com a protecção das pessoas e dos seus bens.

Em relação aos meios operacionais a serem utilizados pelos corpos de bombeiros, nós temos em Portugal uma realidade não muito equilibrada. Deparamo-nos com distritos cujos meios podemos considerar como suficientes, enquanto outros lutam com algumas dificuldades. É sobre esta realidade que este Governo está a trabalhar. O nosso objectivo é dotar todas as regiões com os meios necessários no combate aos incêndios florestais.

O que não podemos é continuar a ter um número tão elevado de feridos e mortos em combate como o que se tem verificado. Daí que este ano se registre um importante investimento da nossa parte ao nível dos equipamentos individuais dos bombeiros, dotando-os das condições mais adequadas.

Também o sistema de comunicações foi alvo de uma modernização importante, graças a um investimento significativo que este Governo fez no sector, colmatando, deste modo, um dos principais obstáculos com que os bombeiros se debatiam.

Para além dos investimentos em equipamentos individuais e em comunicações, estamos igualmente a investir muito na aquisição de novos meios aéreos. Portugal passará já

a partir deste ano a ter novos meios aéreos permanentes, o que constituía desde há muito uma exigência nacional.

São equipamentos que serão propriedade do Estado, e que vão desde helicópteros ligeiros, que servirão, para além do combate a fogos florestais para ajuda no controlo do tráfego automóvel, a helicópteros pesados, aviões de média e grande dimensão. Ao todo poderemos contar com 50 meios aéreos. O Governo fez um esforço grande neste capítulo para que o país pudesse dispor destes meios, o que foi conseguido.

Sinistralidade rodoviária

Falemos agora de um outro problema que muito tem preocupado o país. A sinistralidade automóvel que em Portugal mata e incapacita um número muito preocupante de cidadãos. O que é que se poderá anunciar como novas medidas capazes de sossegar os portugueses neste capítulo?

Esta Secretaria de Estado, deixe-me dizê-lo, ocupa-se por excelência dos problemas difíceis.

Portugal, no final dos anos 90, era um país absolutamente assustador em matéria de acidentes rodoviários. A orientação, quer da União Europeia, quer da Conferência de Verona vai no sentido de nós até 2009 deduzirmos em 50 por cento o número de mortos e feridos nas estradas portuguesas, meta que o país tem vindo a cumprir, registando-se hoje, apesar do drama ainda existente, um cenário bastante mais confortável.

Em 2004, nós registámos uma descida importante no número de mortos e no ano seguinte alcançámos neste capítulo registos dentro dos padrões europeus. Ou seja, podemos dizer com algum bom senso que este ano de 2006, pelo menos até agora, o panorama é bastante positivo se comparado com anos anteriores. É claro que a vida humana para nós é um bem insubstituível, razão pela qual este Governo está empenhado em desenvolver um conjunto de novas acções tendentes a tornar as estradas portuguesas em locais cada vez mais seguros. Para nós o importante não é falar para as estatísticas e dizer que conseguimos diminuir 50 ou 60 por cento o número de feridos ou mortos. O importante é que as nossas estradas passem a ser garantidamente mais seguras e que os nossos condutores sejam, também eles, cada vez mais responsáveis. Só assim poderemos deixar de ter a verdadeira guerra civil silenciosa que temos em Portugal.

Os novos meios com que este Governo tem vindo a dotar a Brigada de Trânsito da GNR e da PSP, os novos meios de radar e o esforço que o Instituto das Estradas de Portugal está a fazer para corrigir alguns percursos, levam-nos a pensar que o nosso país deixará muito em breve de se deparar com este verdadeiro flagelo de tantas e tantas mortes inúteis e evitáveis nas estradas portuguesas.

Primeiro-ministro garante manutenção do défice

Perante o cenário da sucessiva subida do preço do petróleo, o Governo contrapõe com o crescimento da economia portuguesa

RUI SOLANO DE ALMEIDA

JOSÉ SÓCRATES garantiu que o Governo tudo fará para que Portugal cumpra a meta orçamental de 4,6 por cento até ao final de 2006, pondo deste modo em ordem as contas públicas.

Com as constantes mexidas nos preços do petróleo, com o preço do barril do Brent a ultrapassar pela primeira vez a barreira psicológica dos 74 dólares no mercado londrino, enquanto em Nova Iorque, por sua vez, se cotava nos 75 dólares o barril, com tudo o que isso pode implicar, como recordou, em matéria de acrescidas despesas para o Estado, o primeiro-ministro não deixou a acrescentar que a actual conjuntura do preço do petróleo nos mercados internacionais constitui “mais um momento difícil” para as economias europeia e portuguesa em particular.

As dificuldades da actual conjuntura internacional eram contudo já conhecidas, lembrou Sócrates, “embora não fosse previsível um aumento tão alto do preço do crude”.

Apesar deste cenário desfavorável, o Governo português, disse José Sócrates, quando tomou posse em Março de 2005, “já sabia destas dificuldades”, prevendo-se na altura, como lembrou, um défice de 6,83 por cento no final do ano, tendo o seu Governo entretanto baixado este número para a casa dos seis por cento, garantindo por isso que

a economia portuguesa vai crescer “para resolver os problemas”.

O primeiro-ministro afirmou que “dentro do calendário e ritmo previstos”, serão tomadas as medidas necessárias, de modo a que Portugal cumpra o compromisso assumido em Bruxelas de ter um “défice abaixo dos três por cento em 2008”.

Economia vai crescer como previsto

O ministro da Economia garantiu que o Governo mantém a previsão de crescimento de 1,1 por cento da economia portuguesa em 2006.

Para Teixeira dos Santos, não existe qualquer razão para não acreditarmos na previsão do Governo, lembrando a propósito que “o primeiro trimestre deste ano correu bem”.

Para que este quadro de execução orçamental se possa manter nos próximos semestres, disse ainda o ministro da Economia, é necessário que o país mantenha o mesmo registo que já alcançou neste primeiro período do ano.

O Governo mantém assim, como defendeu o responsável pela pasta da Economia, a previsão de um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) português para 2006, de 1,1 por cento, contrariando as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Comissão Europeia, que apontam para um crescimento da riqueza portuguesa para este ano na casa dos 0,8 por cento.

O ministro Teixeira dos Santos a este propósito disse preferir aguardar o desenvolvimento das condições internacionais e nacionais,

considerando como “prematuros quaisquer especulações sobre novas revisões do PIB”.

Contrariando algumas vezes que apontam para os sucessivos aumentos do preço do petróleo como a razão próxima para uma eventual alteração das previsões orçamentais defendidas pelo Executivo, o ministro das Finanças contrapõe, pelo seu lado, a necessidade de alguma precaução afirmando que a actual instabilidade do mercado petrolífero terá um impacto “muito pequeno” no crescimento real da economia, embora reconheça, que o efeito sobre a inflação e sobre a balança de transacções correntes “possa ser mais significativo”.

OCDE subscreve medidas do Governo

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) tornou pública a sua posição sobre as medidas que o Governo português está a desenvolver no sentido de reduzir o défice orçamental para menos de 3 por cento do PIB até 2008, alertando contudo para o facto de serem necessários passos adicionais para garantir sustentabilidade fiscal a médio prazo.

Para esta organização internacional, os esforços de consolidação que o Governo português está a desenvolver, através de profundas reformas da despesa pública, “vão na direcção certa”, sublinhando ainda que tanto as medidas já entretanto postas em prática como as que estão em preparação, “se forem cumpridas na íntegra”, deverão permitir a redução do défice orçamental para um valor de 3 por cento do PIB.

Novo Instituto promove segurança rodoviária

O MINISTÉRIO das Obras Públicas, Transportes e Comunicações vai criar, no âmbito da Secretaria de Estado das Obras Públicas, o Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias (IIR).

Esta nova instituição terá como funções principais avaliar a qualidade das estradas nacionais e posteriormente produzir relatórios anuais sobre segurança rodoviária.

Segundo anunciou Paulo Campos, secretário de Estado das Obras Públicas, durante o IV Congresso Rodoviário realizado no Estoril, o IIR vem assim colmatar a ausência de uma regulamentação eficaz para o sector, comprometendo-se, em simultâneo, na criação de equipas de auditores preparados para produzir pareceres em matéria de segurança rodoviária.

Com o objectivo de ultrapassar o que considera ser uma preocupante lacuna em relação à segurança rodoviária, Paulo Campos garantiu

que o Governo está já a trabalhar nesta área.

Neste sentido, garantiu, o novo Instituto exigirá a todos os que em nome do Estado gerem infra-estruturas a publicação anual de relatórios sobre segurança rodoviária, “permitindo uma monitorização adequada”, e a possibilidade, deste modo, se poderem “detectar situações as quais se torne necessário corrigir”.

Um dos processos de certificação e autorização para que os operadores se mantenham em actividade, referiu ainda Paulo Campos, é que as estradas sob a sua gestão “estejam certificadas e auditadas”, sendo por outro lado ainda obrigatório, referiu o secretário de Estradas, “que sejam cumpridas as regras que decorrem dessas auditorias”.

Paulo Campos garantiu, por outro lado, que as auditorias vão decorrer também na fase de projecto, dando como exemplo o que se passa no IC17, entre Lisboa e a Amadora,

cujas opções de traçado estão a ser objecto de critérios apertados ao nível da segurança.

Lembrando a nova orgânica da Administração Central, e falando na abertura dos trabalhos, o secretário de Estado da Administração Interna referiu, por seu lado, que a gestão global das políticas do sector rodoviário passa para a alçada do Ministério das Obras Públicas, “deixando na Administração Interna apenas a fiscalização e a penalizarão”.

Ascenso Simões garantiu, por outro lado, que a utilização da videovigilância, tendo em vista uma efectiva redução da sinistralidade, deverá ser alvo de debate na Assembleia da República ainda antes do final deste mês de Abril, sublinhando que só com uma mudança de mentalidades “Portugal sairá da cauda da Europa em matéria de sinistralidade nas estradas”.

R.S.A.

Amado alerta para sustentabilidade da profissionalização nas FA

DEFESA

O ministro da Defesa defendeu que a instituição militar tem de se adaptar às circunstâncias externas.

O MINISTRO da Defesa, Luís Amado, alertou para a existência de um “problema de sustentabilidade” do modelo de profissionalização das Forças Armadas, sublinhando a “necessidade urgente” de a instituição militar promover a sua imagem.

“Põe-se neste processo o problema da sustentabilidade deste modelo de profissionalização. Esse é um elemento de permanente atenção do ponto de vista político”, disse Luís Amado referindo-se à possível escassez, no futuro, de candidatos às Forças Armadas se esta não for uma opção profissional atractiva para os jovens.

Para o ministro da Defesa, que falava no Colóquio “Jovens e Forças Armadas”, no âmbito do Dia da Defesa Nacional, em Lisboa, o fim do serviço militar obrigatório obriga a um esforço de promoção de imagem do Exército, Marinha e Força Aérea para melhorar o poder de atracção das Forças Armadas.

“A imagem que as Forças Armadas



devem projectar tem que ser compatível com a competição que têm que manter no mercado de trabalho, porque se hoje há retracção noutras profissões e os jovens procuram as Forças Armadas, acreditamos que, com o desenvolvimento da economia, outros sectores da actividade económica compitam pelos jovens, como já está a acontecer em Espanha”, sustentou.

Acerca de um estudo da Universidade Nova, encomendado pelo Ministério da Defesa, que conclui que 40 por cento dos jovens têm interesse em entrar nas Forças Armadas, sendo essa uma opção mais atractiva entre os jovens com menos habilitações literárias, Luís Amado considerou que esses dados devem ser analisados de uma forma positiva.

“Podemos identificar na profissionalização das Forças Armadas uma resposta que serve os interesses do país face às debilidades da estrutura social e às graves lacunas do próprio sistema de ensino”, disse

E defendeu ser necessário que os responsáveis militares façam um “esforço de abertura e de interacção permanentes com todos os sectores da sociedade” e que saibam “interpretar os anseios da sociedade em relação ao seu papel”.

Praias de Setúbal sem Bandeira Azul por inacção da Câmara local

A DEPUTADA socialista Marisa Costa exige que a Executivo camarário de Setúbal explique as razões pelas quais não apresentou, por mais um ano consecutivo, a candidatura à Bandeira Azul da Europa.

A preparação e programação de futuras candidaturas a este galardão, as implicações da ausência deste galardão nas praias de Setúbal por mais de uma década e as medidas a tomar para a divulgação da qualidade ambiental das praias do concelho são também questões para as quais a deputada pede resposta num requerimento entregue na mesa da Assembleia da República, no passado dia 17 de Abril.

Recorde-se que a Campanha da Bandeira Azul da Europa arrancou em 1987, integrada no programa do Ano Europeu do Ambiente.

Este galardão representa um símbolo de qualidade ambiental atribuído anualmente pela Comissão Europeia da Bandeira Azul às praias e portos de recreio que se candidatam e que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e



sensibilização ambiental.

Desde 1989, as praias do concelho de Setúbal nunca mais viram hasteadas no seu areal a Bandeira Azul, ou por falta de candidaturas ou por falta de condições, pelo que já passaram mais de dez anos desde a última vez que, no concelho de Setúbal, uma praia recebeu a Bandeira Azul, com os prejuízos a vários níveis que esta situação acarreta.

Legislação sobre o mar num único diploma

PÔR FIM à “automaticidade legislativa existente no domínio dos mar” é o objectivo central de uma proposta de lei sobre os Espaços Marítimos Nacionais que o Governo apresentou recentemente na Assembleia da República.

A proposta, levada ao Parlamento pelo secretário de Estado da Defesa do Mar, Manuel Lobo Antunes, dá assim resposta à urgente necessidade de “condensar num só diploma” toda a legislação existente internamente nesta matéria, adequando, ao mesmo tempo, o quadro normativo português à Convenção das Nações Unidas de 1982 relativa ao Direito do Mar.

O texto, que gerou amplo consenso nas diferentes bancadas parlamentares, estabelece no ordenamento jurídico interno a zona contígua, isto é, uma zona que é constituída por uma área marítima que se prolonga pela orla costeira e se estende das 12 às 24 milhas de distância da costa.

Esta delimitação permitirá ao nosso país “melhorar a sua capacidade de intervenção em todos os aspectos relacionados com o combate à imigração ilegal, ao narcotráfico e ao contrabando”, explicou Manuel Lobo Antunes



durante a sua intervenção na sessão plenária do passado dia 11 de Abril, altura em que também informou que nesta iniciativa do Governo socialista são fixados os poderes que o Estado português exerce nas diversas zonas marítimas (por exemplo, o direito de visita aos navios nacionais e estrangeiros), recordando ainda que tal exercício da autoridade estatal no

alto mar não encontrava até agora sustentação legal no ordenamento jurídico nacional.

A terminar, Lobo Antunes adiantou que a melhoria das condições para a candidatura nacional na ONU (até 2009) para a extensão do limite da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas é outro dos objectivos do Executivo.

Alargada para seis anos a vigência dos manuais escolares



Novas regras elevam nível científico-pedagógico dos livros, promovem a transparência de processos e igualdade de oportunidades entre os alunos.

O CONSELHO de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece um novo regime de adopção, avaliação, certificação, aquisição e empréstimo dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário, a entrar em vigor a partir do ano lectivo de 2007/2008.

De acordo com a proposta de lei, que tem ainda de ser discutida e aprovada na Assembleia da República, é alargado de três para seis anos o período de vigência dos livros, uma medida que reduzirá os encargos financeiros dos orçamentos familiares, já que possibilitará que o mesmo manual possa ser utilizado por outros alunos do mesmo agregado, durante mais tempo.

Por outro lado, no sentido de elevar o nível científico-pedagógico é criado um sistema de avaliação dos manuais escolares, antes destes serem adoptados pelas escolas.

Assim, todos os editores passarão a ter de submeter os seus manuais a comissões de peritos constituídas por docentes, investigadores, membros de associações pedagógicas e sociedades científicas, que irão avaliar qualitativamente os livros,

com a menção de “certificado” ou “não certificado”.

O processo será supervisionado por um conselho de acompanhamento e avaliação, com funções consultivas, que será criado no âmbito do Conselho Nacional de Educação.

Com este sistema, fica assim “assegurada a efectiva qualidade dos manuais escolares, garantindo a sua adequação ao currículo nacional e aos programas em vigor”, bem como “as regras de rigor científico e pedagógico”, afirmou a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, em conferência de Imprensa

no final da reunião do Conselho de Ministros do passado dia 13.

Depois de avaliados, os professores de cada escola ou agrupamento de escolas terão de seleccionar os livros que mais se adequam ao seu projecto educativo, de entre os que forem certificados pelas comissões de peritos.

A proposta de lei estabelece, também, algumas regras para limitar as acções de promoção das editoras junto dos professores dentro dos estabelecimentos de ensino, de forma a evitar as perturbações que essa actividade pode introduzir na vida escolar e obviar ao condicio-

namento que representava para as decisões de adopção.

O objectivo, segundo a ministra da Educação, “é pôr termo à muito preocupante desregulação do sector, que se traduziu numa proliferação de títulos no mercado, impossibilitando o efectivo controlo da qualidade por parte das escolas e dos docentes”.

Reforçado apoio aos alunos carenciados

O novo regime agora aprovado alarga ainda os mecanismos de apoio aos alunos mais carenciados,

instituindo a gratuidade dos manuais aos estudantes do ensino básico que beneficiam do primeiro escalão da acção social escolar, a partir de 2009.

Orçamentada em dez milhões de euros, esta medida deverá beneficiar mais de 200 mil alunos, aproximadamente um terço dos quais a frequentar o primeiro ciclo.

Relativamente aos alunos do básico que beneficiam do segundo escalão da acção social escolar, a proposta prevê o aumento do limite máximo de comparticipação sobre o preço dos livros para reduzir o encargo das famílias.

A comparticipação não abrange os manuais do ensino secundário, mas o seu preço de venda deverá descer, uma vez que o diploma alarga a este nível de escolaridade o regime de preços convencionados, que até aqui vigorava apenas no básico.

Finalmente, para acompanhamento da política em matéria de manuais escolares e, em particular, do regime de avaliação, certificação e adopção, é criado, no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CNE), um conselho de acompanhamento e avaliação, com funções consultivas e integrado por representantes do Ministério da Educação, das associações de editores e de pais, das associações pedagógicas e sociedades científicas, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, entre outros.

Miguel Coelho questiona segurança do túnel do Marquês



O DEPUTADO socialista Miguel Coelho pediu esclarecimentos sobre a segurança e as medidas ambientais na “obra polémica” do Túnel do Marquês, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa (CML), através de dois requerimentos entregues na Assembleia da República.

Num dos documentos, Miguel Coelho pretende saber se o município liderado pela direita coligada apresentou à consideração do Metro de Lisboa o projecto de uma parte da obra, “que dista apenas 45 centímetros do túnel em funcionamento do Metropolitano”.

O deputado socialista critica a forma “apressada e ligeira” como a obra do Túnel do Marquês foi lançada e considera que a construção do último lance coloca “problemas de segurança” que devem ser considerados e objecto de todas as medidas que garantam aos cidadãos, actuais utentes do Metro e futuros utentes do túnel rodoviário, “que em nenhum momento a sua segurança

estará em causa”.

Segundo Miguel Coelho, “uma das condições para que este pressuposto seja garantido é que o projecto desta parte da obra seja submetido à apreciação do Metropolitano, devidamente monitorizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)”.

Até ao momento, refere o deputado socialista, todas as informações

prestadas pelo Metro e pela tutela política indicam que a Câmara ainda não apresentou o projecto desta parte da obra à administração do Metropolitano, pelo que ainda “não foi dada à CML a respectiva garantia de que a mesma não colocará em risco os utentes do Metropolitano”.

No requerimento enviado ao ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino,

o camarada Miguel Coelho adianta ainda que o próprio presidente do conselho de administração do Metropolitano afirmou repetidamente que o túnel só poderá ser construído quando o respectivo projecto foi aprovado pelo conselho de administração.

Acontece no entanto, continua o deputado socialista, que durante a sessão da Assembleia Municipal de Lisboa realizada no dia 18 “o vereador responsável pelo pelouro desta obra informou que este troço do túnel já estaria concluído”.

Miguel Coelho considera que, a confirmar-se, a situação poderá configurar incumprimento por parte da Câmara de “todas as condições exigidas” para que a obra, a concluir-se, seja feita sem qualquer margem de risco para os cidadãos.

Avaliação do impacto ambiental

No outro requerimento apre-

sentado por Miguel Coelho são pedidas informações ao ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, Francisco Nunes Correia, sobre as medidas apontadas na avaliação de impacto ambiental do Túnel do Marquês.

O parlamentar socialista quer saber se a CML apresentou à Direcção-Geral do Ambiente (DGA) um plano calendarizado para a adopção de todas as medidas apontadas e se a DGA está a monitorizar esse processo.

Miguel Coelho pretende ainda esclarecimentos sobre quais as medidas já em curso e as que serão aplicadas após a conclusão da obra, acusando a coligação PSD/CDS-PP que gere a Câmara de Lisboa de ter substituído o rigor, o bom senso e o cumprimento de preceitos ambientais pela “irresponsabilidade e ligeireza” no tratamento deste processo.

Vieira da Silva defende revisão negociada do Código do Trabalho

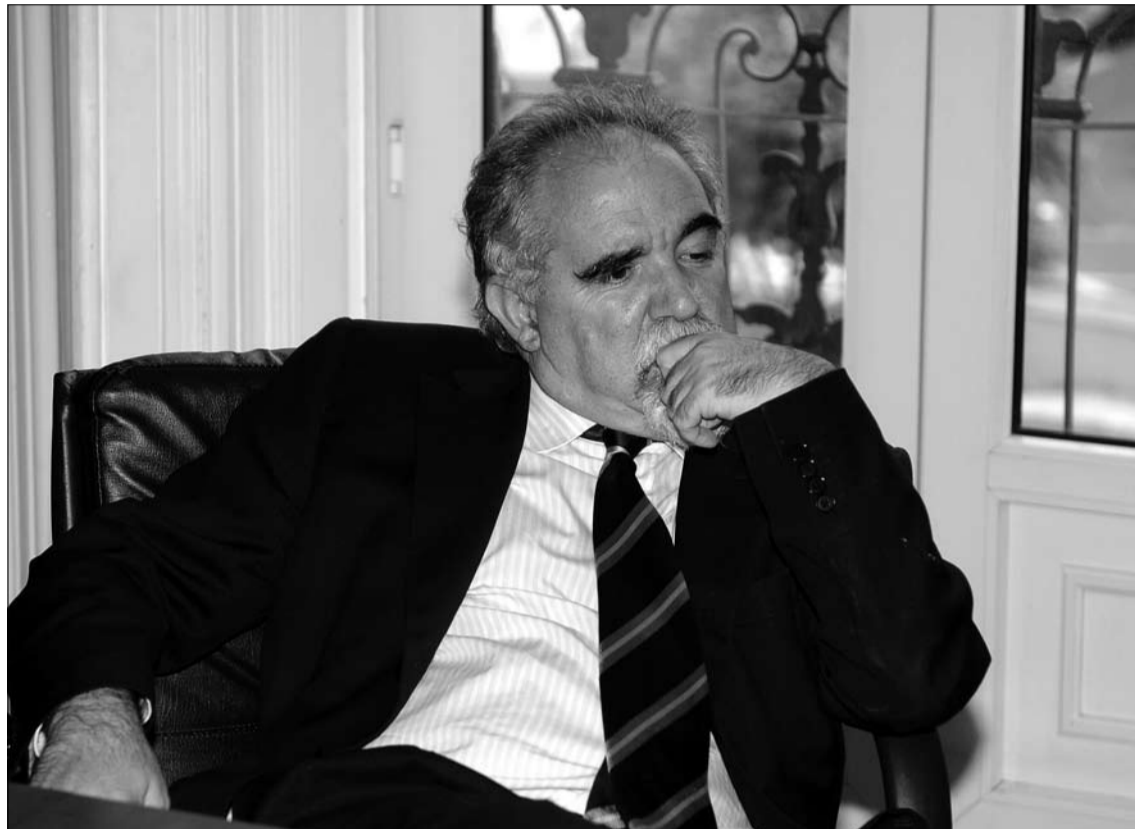
O MINISTRO do Trabalho e da Solidariedade Social considerou que uma revisão da legislação laboral negociada com os parceiros sociais será a melhor forma para garantir uma mudança efectiva das relações de trabalho em Portugal.

Vieira da Silva falava durante a apresentação do Livro Verde sobre as Relações Laborais, uma radiografia do sector do trabalho, que vai servir de base à elaboração de um Livro Branco, coordenado pelo ex-secretário de Estado do Trabalho António Monteiro Fernandes. Este documento terá como objectivo fazer recomendações para alterar o Código Laboral, que serão discutidas entre o Governo e os parceiros sociais.

“Uma revisão por acordo é sempre melhor que sem acordo”, defendeu o ministro, que apelou ao “empenhamento sincero dos parceiros sociais e da sociedade portuguesa” no processo de revisão da legislação laboral.

Vieira da Silva frisou, no entanto, que uma eventual falta de acordo quanto à revisão das normas que regulam as relações laborais não será impeditiva para avançar com o processo.

“Se o consenso se demonstrar impossível, a decisão deve avançar, porque tem de ser tomada e é assim que deve ser”, disse o ministro, acrescentando, no entanto, que nesse caso o diálogo social teria na



mesma efeito, já que toda a discussão com os parceiros serviria de base para a decisão a tomar.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade explicou que o Governo optou por esta metodologia, por considerar que as relações de trabalho são fundamentais e por pretender que a revisão da respectiva legislação seja bem alicerçada.

Por outro lado, Vieira da Silva

referiu que o “elevado défice de competitividade é o centro de estrangulamento da economia portuguesa”, alertando para “os erros que se cometem ao pretender centrar-se os problemas da baixa competitividade do país nas relações laborais”.

É que, explicou, “há estudos que mostram que factores como a qualificação, eficiência de gestão ou o ambiente que se vive nas empresas,

são muitas vezes responsáveis pela baixa competitividade”.

Baixa competitividade tem múltiplas causas

E considerou ainda que “é muitas vezes esquecido que as próprias relações laborais têm um papel importante na promoção da competitividade”.

“Factores como a qualificação, eficiência de gestão ou o ambiente são muitas vezes responsáveis pela baixa competitividade”

Por sua vez, o coordenador do Livro Verde, o ex-secretário de Estado do Trabalho António Dornelas, explicou, na apresentação do documento, que a equipa que o produziu teve como objectivo efectuar um trabalho de pesquisa, de sistematização e análise da informação disponível sobre a legislação laboral.

A produção de informação sobre a capacidade de regulação da contratação colectiva e a análise dos conteúdos das convenções colectivas de trabalho e das remunerações e a avaliação da rigidez legislativa foram outros dos objectivos deste documento.

O estudo feito pela equipa de António Dornelas permitiu, entre outros pontos, concluir que a maioria das convenções colectivas em vigor foram revistas há 10 anos, contrariando a teoria de que a maioria delas vigora há três décadas, assim como confirma o aumento do emprego precário e o elevado peso do emprego de baixa qualificação, que corresponde a três quartos do emprego total.

J. C. C. B.

Maior equidade tributária

IRS

COM VISTA a alcançar a equidade tributária de forma gradual, o Governo do Partido Socialista decidiu tornar obrigatória, a partir deste mês, a retenção na fonte dos rendimentos tributáveis dos pensionistas que recebem mensalmente uma pensão superior a 693 euros.

“O que pretendemos é tratar de igual forma os contribuintes com os mesmos rendimentos”, disse à Imprensa o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, passando de seguida a explicar que um trabalhador por conta de outrem com um rendimento mensal de 1000 euros paga cerca de 105 euros de IRS, enquanto um pensionista com uma pensão de igual valor paga apenas 30 euros de IRS.

Isto acontece – observou – porque aos trabalhadores por conta de outrem é aplicada uma dedução específica de 3334 euros ou o equivalente aos descontos feitos para a Segurança Social, quando esse montante é superior.

“Este tratamento diferenciado entre contribuintes penaliza os trabalhadores por conta de outrem”, cons-

tatou, insistindo em deixar claro que a alteração da dedução específica aplicável aos pensionistas que recebem “valores razoáveis”, definida na lei de Orçamento de Estado, vai ter repercussões em termos de Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) apenas para quem receba anualmente mais de 9700 euros, pois passam a fazer retenção na fonte.

Recorde-se que, até agora, só os pensionistas que recebiam mais de 10.400 euros por ano (o que equivale a uma pensão de cerca de 742 euros por mês) faziam retenção na fonte.

Assim, esta alteração da dedução específica (parcela abatida ao rendimento bruto declarado) aplicada às pensões, de 8283 euros para 7500 euros, vai ter repercussões no IRS de cerca de 850 mil pensionistas.

Os pensionistas que apresentem outras deduções à colecta, como pagamento de juros e amortizações de habitação própria ou despesa de saúde, poderão ser menos afectados pela alteração fiscal, embora a correcção só seja feita depois da apresentação da declaração anual de IRS.

Segurança Social arrecada 1,1 milhões de euros com venda de imóveis devolutos

O INSTITUTO de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) obteve uma receita de 1,1 milhões de euros no primeiro concurso de venda de imóveis devolutos.

Joaquina Franco, vogal do Conselho Directivo do IGFSS, adiantou que os imóveis que não foram vendidos neste primeiro concurso vão integrar o próximo concurso de alienação de imóveis da zona Norte.

Actualmente, já está a decorrer o segundo concurso, com um total de 22 imóveis localizados na região de Lisboa (14 fogos, 4 lojas, 2 armazéns, um ateliê e um terreno rústico), com um valor global de licitação de 3,1 milhões de euros.

De salientar que as verbas obtidas com estes concursos vão directamente para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, que tem como objectivo assegurar as pensões por um período de dois anos, em caso



de ruptura do sistema.

Até ao final do ano vão ser lançados mais dois concursos de alienação de imóveis devolutos.

No total dos quatro concursos, o IGFSS prevê arrecadar 12 milhões de euros este ano, mais 2 milhões de euros que o valor obtido em 2005.

Estes concursos inserem-se no Plano de Alienação de Imóveis de 2006, um dos objectivos definidos pela direcção do IGFSS e que passa pela diminuição do património habitacional em 30 por cento (número de fogos de renda livre) e de 15 por cento dos fogos de habitação social.

Novas regras do subsídio de desemprego reúnem consenso

CONCERTAÇÃO SOCIAL

Estado, beneficiários e empresas comprometem-se a moralizar o subsídio de desemprego.

J. C. CASTELO BRANCO

O GOVERNO e os parceiros sociais chegaram a acordo sobre as alterações ao regime do subsídio de desemprego. O ministro do Trabalho, Vieira da Silva, principal artífice da proposta governamental, congratulou-se com o consenso gerado entre as confederações sindicais e patronais, “resultado de um trabalho longo, árduo e intenso sobre um tema difícil”, acrescentando que a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) só não subscreveu o ponto referente às rescisões por mútuo acordo.

Vieira da Silva reafirmou que “o subsídio de desemprego é para quem está desemprego involuntariamente”, salientando ainda que a filosofia deste novo regime de protecção social no desemprego consagra três grandes objectivos: maior compromisso do Estado, maior compromisso dos beneficiários e moralização desta prestação.

Segundo as novas regras acordadas, os desempregados passam a ser obrigados a procurar activamente emprego, são reforçadas as penalizações para a utilização abusiva do subsídio, é limitado o acesso à prestação social nos casos de rescisões amigáveis por mútuo acordo, a duração da prestação vai ter em conta a idade e a carreira contributiva e introduz-se o conceito de “emprego conveniente”, entre outras medidas que visam moralizar e racionalizar esta prestação social (ver caixa).



O primeiro-ministro, José Sócrates, considerou que o acordo alcançado entre o Governo e as confederações sindicais e patronais “demonstra que a concertação social está a funcionar”.

E adiantou que “o acordo é muito importante”, já que “vai dar ao Governo condições para desenvolver uma série de instrumentos, tendo em vista que os cidadãos desempregados voltem mais facilmente a trabalhar”.

Segundo o primeiro-ministro, o acordo “vai também evitar a utilização abusiva da prestação social”

do subsídio de desemprego.

“É um acordo que deve ser saudado, porque foi assinado pelas centrais sindicais e por três das quatro confederações patronais, o que revela um sinal de confiança no Governo e de esperança na redução do desemprego”.

Parceiros sociais aplaudem

Tanto sindicatos como patrões foram unânimes nos elogios ao novo regime de subsídio de desemprego. Do lado sindical, o secretário-

geral da UGT, João Proença, considerou positiva a introdução de quotas, pois as rescisões por mútuo acordo só devem ser utilizadas em situações muito excepcionais.

Já o secretário-geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, afirmou que as novas regras são “positivas”, pois impedem as empresas de efectuarem despedimentos colectivos “en-capotados” de rescisões amigáveis.

Do lado patronal, o presidente da Confederação do Turismo Português (CTP), Atílio Forte, classificou o acordo “como um excelente esforço de diálogo social”,

referindo que a introdução de quotas nas rescisões por mútuo acordo ajudará quer as empresas quer a sustentabilidade da Segurança Social a ter maior capacidade de resposta a todas as situações.

“O documento é suficientemente razoável para ser aceite de uma forma consensual”, disse, por seu turno, o vice-presidente da CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, João Vieira da Silva.

O Governo irá agora apresentar uma proposta de lei, devendo o diploma entrar em vigor no segundo semestre de 2006.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

Prazos do subsídio

Os prazos de atribuição do subsídio continuam a variar em função da idade do desempregado, mas com intervalos regulados pelo historial de descontos feitos pelo beneficiário para a Segurança Social.

Para desempregados com menos 30 anos, o prazo do subsídio passa a ser de 270 a 360 dias; entre os 30 e os 40 anos, de 360 a 540 dias; dos 40 aos 45 anos, de 540 a 720 dias; acima dos 45 anos, dos 720 aos 900 dias. Foram revistos também os critérios de majoração (dias adicionais) de acordo com a duração da carreira contributiva.

Emprego conveniente

A definição de “emprego conveniente” abrange empregos cuja remuneração seja igual ou superior ao valor subsídio de emprego mais 25 por cento (primeiros seis meses de desemprego) ou o valor do subsídio mais 10 por cento (depois dos seis meses)

É considerado “emprego conveniente” aquele que não implique despesas em deslocações com um custo acima de 10 por cento do respectivo salário, ou com uma duração acima dos 25 por cento do horário de trabalho.

Rescisões amigáveis

Nas rescisões amigáveis, é limitado o acesso ao subsídio para os desempregados que tenham terminado o seu contrato laboral por mútuo acordo com a entidade empregadora.

No caso de empresas até 250 trabalhadores, são aceites na prestação social até três trabalhadores ou 25 por cento do quadro de pessoal.

Nas empresas com mais de 250 trabalhadores, permite-se o acesso ao subsídio de desemprego até 62 trabalhadores ou 20 por cento do quadro de pessoal, com um limite máximo de 80 trabalhadores, em cada triénio.

Reformas antecipadas

A idade de acesso à reforma antecipada para desempregados é aumentada em dois anos, dos 55 para os 57 na data do início da situação de desemprego, e as penalizações sobre a reforma são mais elevadas em algumas situações.

Penalizações

Aumentam as multas aos trabalhadores que recebam o subsídio estando empregados, bem como para as empresas que não comuniquem a admissão de novos trabalhadores.

Os beneficiários do subsídio passam a ser convocados regularmente pelos serviços de emprego. A primeira falta injustificada a uma convocatória implica a perda do subsídio, embora o desemprego tenha direito a uma audiência para apresentar explicações.

A recusa do plano pessoal de emprego implica a perda do subsídio.

Governo quer deslocar prisões para a periferia das cidades

O MINISTÉRIO da Justiça vai deslocar as prisões de Lisboa, Coimbra e Pinheiro da Cruz para a periferia, estando a estudar a hipótese de atribuir alguns serviços dos guardas prisionais a privados.

Em declarações ao “Diário Económico”, o ministro da Justiça, Alberto Costa, refere que “o plano que está na base deste estudo consiste em libertar as grandes cidades dos estabelecimentos prisionais”.

Segundo o governante, “outra das vantagens de permuta é que torna mais fácil a associação da operação de alienação a um contrato de parceria público-privada. Porque a ideia é permutar os actuais espaços prisionais em troca da construção de novos espaços”.

Entretanto, o Ministério da Justiça está também a estudar a redefinição das funções da guarda prisional que poderá por passar e entregar ao sector privado algumas dessas funções.

“O estudo pretende classificar e avaliar as funções do guarda que poderiam, eventualmente, ser desempenhadas por empresas de segurança. A vigilância é um bom exemplo”, explicou ao jornal Alberto Costa.

Férias judiciais

Entretanto, o Ministério da Justiça já entregou o estudo que está na base da redução das férias judiciais, respeitando deste modo a decisão da Comissão de



Acesso aos Documentos Administrativos (ADA).

De acordo com uma decisão não vinculativa desta Comissão, o ministro da Justiça tinha até

ao passado dia 20 de Abril para apresentar o estudo solicitado por um juiz do Porto à ADA.

Segundo a estimativa do Ministério a redução das férias ju-

diciais de Verão para um mês irá gerar um ganho de dez por cento na produtividade dos tribunais.

Recorde-se que a alteração à lei das férias judiciais, da inicia-

tiva do actual Governo do PS, estabelece que os tribunais, que antes encerravam durante dois meses, passem a fechar apenas durante o mês de Agosto.

Tribunais com a vida mais facilitada

DESDE que tomou posse, há pouco mais de um ano, que o Governo socialista tem vindo a empreender um combate sem tréguas à morosidade da Justiça. É neste espírito que se deverá entender a recente decisão do Conselho de Ministros ao ter aprovado uma proposta de lei no sentido de se criarem novos mecanismos legislativos capazes de introduzir as alterações necessárias aos regimes dos recursos em processo civil, um dos aspectos que mais têm entravado o desejável bom funcionamento do sector, contribuindo ainda para melhorar os chamados conflitos de competências.

Os recursos cíveis passam, deste modo, a ser mais simples e racionalizados, sendo, por outro lado, também aumentados os valores das alçadas, deixando de haver recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, quando as duas primeiras instâncias tenham decidido no mesmo sentido e no mesmo processo.

Ao Supremo Tribunal de Justiça ficará reservado o papel, na perspectiva da nova directiva, de só



intervir quando se trate de apreciar uma causa original ou quando a sua participação se possa traduzir numa efectiva “valorização do seu papel de orientador da jurisprudência”.

Simplificar processos

Entretanto, o Governo aprovou o regime processual civil especial e experimental, aplicável às acções da chamada litigância de massa. O novo regime caracteriza-se pela simplicidade e informalidade, passando a ser possível os juízes adaptarem as soluções processuais à natureza destes casos. Os magistrados passarão a praticar ao mesmo tempo, actos que até agora eram repetidos milhares de vezes em processos idênticos, como, por exemplo, terem que ouvir uma única testemunha relativamente a vários processos e que muitas vezes permaneciam separados. Com esta alteração, as testemunhas só terão que se deslocar ao tribunal uma única vez para serem ouvidas pelo juiz

R.S.A.

Nova lei antitabaco visa defesa dos direitos dos não fumadores

SAÚDE

PARCEIROS REAGEM FAVORAVELMENTE E COM PONDERAÇÃO

CPPT A Confederação Portuguesa para a Prevenção do Tabagismo congratulou-se com a nova legislação sobre tabaco proposta pelo Governo, classificando-a como “um grande contributo para a saúde geral dos não fumadores”.

Segundo o presidente da instituição, Luís Rebelo, a convicção em dar um parecer favorável assenta no facto de a proposta apresentada ter “todo o enquadramento legal sobre muitas matérias que são de facto muito importantes e revogar um conjunto de legislação avulsa que havia anteriormente”, para além de ter uma base científica bem alicerçada.

UGT A central sindical União Geral de Trabalhadores apoia a proibição de fumar nas áreas fechadas dos locais de trabalho, defendendo, ao mesmo tempo, a criação de espaços alternativos nas empresas.

“Concordamos com a medida, mas devem ser estabelecidas regras claras sobre a proibição de fumar nos locais de trabalho”, afirmou o responsável pelo departamento de segurança e saúde da UGT, Luís Lopes.

OM O bastonário da Ordem dos Médicos manifestou-se “favorável a uma legislação mais restritiva” sobre o consumo de tabaco, embora expressa-se reservas quanto à inclusão de fotografias alusivas aos seus efeitos nocivos na saúde em maços de cigarros.

Embora a Ordem dos Médicos (OM) “não seja habitualmente favorável a posições muito restritivas, neste caso penso que se justifica devido ao perigo que constitui o fumo” do tabaco, explicou Pedro Nunes, para quem “o cidadão tem direito a uma vida num ambiente saudável”.

Garantir o cumprimento da legislação, além de uma “boa fiscalização”, implica a existência de “penalizações que seja dissuasoras”, advogou ainda o bastonário.

DECO O secretário-geral da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor considerou que a proposta do Governo de proibir fumar em recintos fechados deve ser “ponderada” para que a lei possa vir a ser cumprida.

Jorge Morgado afirmou que “o importante é restringir o consumo de uma forma que seja concretizável”, bem como assegurar o cumprimento das normas já existentes relativas à publicidade destes produtos, tornar participados pelo Estado os tratamentos médicos para deixar de fumar e realizar mais campanhas de sensibilização.

M.R.

Governo e parceiros discutem as novas medidas antitabaco que passam essencialmente pela proibição de fumo em recintos fechados frequentados pelo público e o aumento da idade mínima para aquisição de produtos de tabaco.

MARY RODRIGUES

NA VÉSPERA do Dia Mundial da Saúde, dedicado este ano aos profissionais do sector, à sua formação e condições de exercício da actividade, sob o lema “Trabalhar em conjunto pela Saúde”, o ministro da Saúde, Correia de Campos, apresentou a proposta governativa que visa proibir fumar nas áreas fechadas dos locais de trabalho, dos estabelecimentos de restauração e bebidas, incluindo os que possuem salas ou espaços dedicados a dança, das unidades hoteleiras, e nos centros, galerias e grandes superfícies comerciais.

Trata-se – afirmou – do “início da caminhada em defesa dos direitos dos não fumadores”, pelo que as excepções prendem-se apenas com a possibilidade de serem criados espaços para fumadores em restaurantes ou bares com áreas destinadas ao público superiores a 100 metros quadrados, salas de espectáculos, lares, hospitais psiquiátricos, serviços de atendimento a toxicod dependentes e instalações fechadas de aeroportos e gares.

Porém, as áreas destinadas aos fumadores têm de ser “separadas fisicamente das restantes” ou, no caso de se localizarem no interior do edifício, serem “totalmente compartimentadas, disporem de ventilação separada, serem mantidas sobre pressão negativa e directamente ventiladas para o exterior”.

A ser aprovada, sem alterações, a nova lei do tabaco proíbe também o fumo nos serviços e organismos da Administração Pública, nos locais destinados à prestação de cuidados de saúde, estabelecimentos de ensino, recintos desportivos e meios de transporte.

O anteprojecto de lei, que o Correia de Campos espera ver aprovado em Conselho de Ministros dentro de dois meses e em vigor dentro de um ano, sobe igualmente a idade mínima autorizada para a compra de tabaco de 16 para 18 anos, proibindo a venda de tabaco através de máquinas automáticas, excepto nas que se encontrem dentro de recintos

interditos a menores de 18 anos, e fixando ainda multas que vão de 50 a 2.500 euros para fumadores ou proprietários que infrinjam as regras.

O documento, que foi já enviado a 30 parceiros e se encontra actualmente em fase de discussão pública, será aprovado pelo Executivo e depois apresentado ao Parlamento, sob forma de proposta de lei.

Neste processo, o ministro da Saúde revelou-se consciente das resistências que poderão ser levantadas a uma legislação como esta, lembrando porém que “uma confortável maioria dos portugueses está a favor dos direitos dos não fumadores”.

Por outro lado, António Correia de Campos disse que o Governo precisa de encontrar respostas para quem quer deixar de fumar e, nesse sentido, apelou a um maior empenho dos profissionais de saúde no conhecimento sobre a cessação tabágica, sublinhando ainda que o Executivo de José Sócrates optou por submeter o documento a discussão pública “justamente por estar aberto a todas as opiniões”.



REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

2. Transferência bancária

Conta: Millenium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000... + N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE
Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24.00 eur
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12.00 eur

4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.

Linha Azul
808 201 695



PS/Caldas responsabiliza Câmara por perdas milionárias



O EXECUTIVO camarário das Caldas da Rainha perdeu vários milhões de euros ao permanecer, há 24 anos, sem celebrar o contrato de concessão com a EDP. Esta a denúncia feita pelos vereadores socialistas, para quem os montantes devidos à autarquia em rendas antigas “converteram-se numa desastrosa perda de receitas para o município”.

“Temos perdido receitas, pago mais pelos serviços prestados e temos uma deficiente iluminação pública em muitas estradas, ruas e freguesias”, assinalam os socialistas em comunicado, sublinhando igualmente que “os problemas de iluminação pública e da distribuição de energia eléctrica nas 16 freguesias do concelho resultam,

directa e indirectamente, da ausência de contrato de concessão”, com a EDP.

Segundo o vereador António Galamba, “todas as câmaras do país têm contrato de concessão com a EDP, à excepção das Caldas”.

“Estimamos que a EDP teria que pagar uma renda anual de um milhão e 400 mil euros (pela utilização do território) mas só vai pagar 200 mil euros”, disse.

Para o PS, é “fundamental acertar as contas com a EDP num deve e haver dos anos em que não houve contrato de concessão assinado, e abrir uma nova fase enquadrada com o período de liberalização do mercado energético que se aproxima”.

Socialistas de Valongo exigem eleições antecipadas

PARA CLARIFICAR “a grave crise que afecta o Executivo de Valongo”, os vereadores socialistas exigem a convocação de eleições antecipadas no concelho.

A exigência foi formulada após um vereador laranja ter deixado os pelouros que lhe estavam atribuídos na sequência de um ultimato do presidente da autarquia eleito pelo mesmo partido, mantendo-se porém no executivo camarário, mas “sem responsabilidades directas” em qualquer área.

Para os socialistas, o episódio dos pelouros é “mais um sintoma da ingovernabilidade da Câmara e do penoso arrastar de uma situação que prejudica o desenvolvimento do concelho e a vida de todos os que nele trabalham e habitam”.

Em declarações ao jornalista, a vereadora Maria José Azevedo afirmou que o presidente da Câmara deveria “devolver aos eleitores o mandato de boa fé”, demitindo-se. “No nosso entender – disse – a única forma de clarificar a situação é através de eleições antecipadas no concelho”.

Adiantou, no entanto, que o PS não sugere nem exige a demissão

dos responsáveis do PSD na Câmara por considerar que “de nada valeria” tal sugestão ou exigência.

Em comunicado, os socialistas mostram-se convictos de que “surirão periodicamente novos episódios” e lamentam que “um partido responsável como PSD ignore pura e simplesmente a situação”.

“Nem mesmo sabemos de que lado está o PSD: se de quem liderou a lista que ganhou as eleições (ainda que por pequena margem) ou dos nomes que impôs nessa lista, com os resultados que estão à vista”, acrescentam.

Considerando que a Câmara “vive uma fase de desnorte absoluto”, os vereadores socialistas garantem que continuarão a votar favoravelmente as propostas que entendam ser úteis para o concelho e a votar contra todas aquelas de que discordem.

Maria José Azevedo reafirmou ainda que o PS “não aceitará, em circunstância alguma, qualquer pelouro” e se manterá com a mesma postura responsável e em defesa dos munícipes, que são quem “paga a factura de tudo o que está a acontecer nesta verdadeira luta de galos”.

Jacinto Serrão acusa Jardim de atentar contra a Constituição

O PRESIDENTE do PS-Madeira, Jacinto Serrão, exigiu que o Presidente da República, Cavaco Silva, ponha Alberto João Jardim “em ordem” e o faça respeitar a Constituição da República no que diz respeito aos direitos, liberdades e garantias.

Discursando na sessão de encerramento do X Congresso Regional da JS-Madeira, que reelegeu a camarada Célia Pessegueiro para líder da organização, Jacinto Serrão acusou o presidente do Governo Regional de atentar contra os direitos individuais e, consequentemente, contra a Constituição da República portuguesa.

“Já que temos um Presidente da República recém-eleito, que recentemente jurou cumprir e fazer cumprir a Constituição, que só tem um caminho perante este tipo de atitude que atenta contra os valores fundamentais da Constituição é obrigar este senhor, aqui na Madeira, a cumprir com a Constituição”, disse.

Jacinto Serrão lembrou, a propósito, a “atitude de Jardim que mandou os seus vassallos na Assembleia Legislativa requererem a avaliação das capacidades mentais a um deputado socialista”.

Entre as inúmeras tropelias antidemocráticas de Jardim, o líder do PS/Madeira enumerou a não comemoração solene na Assembleia Legislativa do 25 de Abril de 1974, a ameaça de intervir na autonomia da Universidade da Madeira aquando das desinteligências entre o reitor e os seus dois vice-reitores e recentemente “a ameaça e perseguição aos empresários madeirenses que fazem parte dos partidos da oposição ou participem nas suas actividades”.

“O Presidente da República tem muitos instrumentos na mão para colocar este senhor na ordem”, sublinhou, anunciando que, por isso, o PS-Madeira “vai fazer chegar esta mensagem ao Presidente da República”.



Jacinto Serrão acusou ainda o PSD-Madeira e o Governo Regional de estarem a conduzir a Madeira “para um beco sem saída”, devido à “não sustentabilidade” do actual modelo de desenvolvimento e das suas finanças públicas se encontrarem “num estado de insolvabilidade”, com “dívidas atrás de dívidas”.

Na sessão de encerramento do congresso, participou também o secretário-geral da JS nacional, Pedro Nuno Santos, que comparou Alberto João Jardim a Silvio Berlusconi, em Itália, e condenou veemente o “desprezo” que o PSD-Madeira, o Governo Regional e a maioria laranja na Assembleia

Legislativa nutrem pelo 25 de Abril de 1974, que “trouxe a democracia e a liberdade, mas também a autonomia, uma das maiores conquistas de Abril”.

Por sua vez, Célia Pessegueiro, que vai liderar a JS/Madeira nos próximos dois anos, desferiu um forte ataque ao Governo Regional, que acusou de não ter uma política social para combater a pobreza que afecta largas franjas da população.

Célia Pessegueiro desafiou ainda o PSD/Madeira, o Governo Regional e os deputados laranja na Assembleia Legislativa a não comemorarem, em 2008, ano de eleições regionais, o 25 de Abril. “Afrontem os madeirenses”, declarou.

ESQUERDA COMEMORA JUNTA ABRIL NA MADEIRA

O PS e os restantes partidos de esquerda da Madeira assinalaram o 32º aniversário do 25 de Abril na Madeira um comício-festa na cidade de Machico com fortes críticas ao PSD de João Jardim, que se recusou a comemorar, em sessão solene, na Assembleia Legislativa Regional, a Revolução dos Cravos.

Perante uma plateia de milhares de pessoas que enchiam por completo o Largo do Município, o presidente do PS-Madeira, Jacinto Serrão, classificou a festa-comício como “um momento de liberdade” numa região que “ainda vive o 24 de Abril”.

Jacinto Serrão teceu fortes críticas a Alberto João Jardim que acusou de não saber “lidar com as regras da democracia”, lembrando ainda que o actual chefe do Governo Regional foi um “colaboracionista do antigo regime”.

“Ele quer silenciar o povo, os partidos da oposição,

pressionar os Tribunais e limitar as liberdades”, disse, ao criticar as posições que Alberto João Jardim tem vindo a tomar contra as petições populares, os empresários ligados aos partidos de esquerda e as actuações do Ministério Público na Região.

“Isto só acontece porque ainda estamos a viver o 24 de Abril na Região Autónoma da Madeira”, já que o actual “o regime bebeu na fonte do Estado Novo”, numa alusão aos artigos escritos por Alberto João Jardim no “Voz da Madeira”, um órgão de comunicação social propriedade do então deputado à Assembleia Nacional e seu tio, Agostinho Cardoso, defendendo a ditadura do Estado Novo.

É por isso, acusou Serrão, que “lida mal com as regras da democracia” e “quer apagar o 25 de Abril do calendário”.

O trabalho do Núcleo dentro da empresa

ZEFERINO MIGUEL RODRIGUES

Um núcleo é um espaço político de militância dos filiados e simpatizantes que se juntam e se unem em prol daquilo que acreditam, nas pessoas envolvidas, nas suas ideologias e no partido. É obviamente uma organização que deve desenvolver um trabalho democrático/popular, de aproximação às pessoas e com certeza dos que lhe são mais próximos e construir políticas alternativas por forma a poder fazer chegar a mensagem, ajudando assim o seu partido. Este instrumento orgânico núcleo tem que ser capaz de criar condições de transformar e moldar as ideias das pessoas e limar arestas em simultâneo com o partido que representa na empresa. Deste modo, o imperativo é o núcleo estar mobilizado, mobilizar todas as partes envolvidas da respectiva empresa para que, de facto, as eleições ou batalhas eleitorais possam dar resultados positivos, e claramente que esses resultados têm que favorecer todo o trabalho realizado e atingir os objectivos de toda a estrutura participativa – refiro-me desde o partido, núcleo, militantes e simpatizantes, ou independentes.

Mas a complexidade de um traba-

lho bem organizado requer muita imaginação. O idealismo é, em primeiro lugar, apresentar uma postura humilde e de aproximação, recolhendo e solicitando problemas existentes aos colaboradores/trabalhadores e simultaneamente ramificar a mensagem de esperança, de mudança de políticas a desenvolver-se na empresa, em suma, um rumo diferente. Todavia, o protagonista da eleição deve visitar as instalações da empresa ou mandar alguém em representação da sua candidatura. Em simultâneo, o núcleo deve fazer os trabalhos de casa: distribuir, antes e depois, panfletos, propaganda e o respectivo programa eleitoral. É um desafio a impor-se a todos aqueles que querem procurar a vitória, mas, estou certo, vale a pena. É um trabalho longo e paciente de todos envolvidos, que se completa com a implementação, a aplicação ou influência, a estrutura e a direcção do partido. A única maneira, julgo, de conseguir-se trazer e aproximar pessoas às ideias e propostas políticas apresentadas. Consequentemente, há sempre cidadãos interessados em trabalhar e até a sacrificarem-se em prol do partido. Por isso, deve haver a capacidade de perceber onde estão os problemas na empresa e criar-

se soluções e alternativas, o mais rapidamente possível, para que os trabalhadores possam sentir apoio e fundamentalmente segurança e estabilidade no trabalho.

A visão que deve ser aplicada dentro do círculo da empresa, é, na minha opinião, uma obrigação colectiva e paralelamente uma ambição de todos os intervenientes. O partido só governa se as pessoas votarem nele. O partido só vence se houver interesses colectivos e gerais em prol de um rumo, de uma mensagem que traga esperança aos portugueses e a Portugal. O partido só ganha se houver amor à camisola e caminhar-se sobre uma plataforma filosófica de servir o partido e não com intuito de se servir do partido. Resumindo, não é para criar susceptibilidades a ninguém, nem muito menos objectivar com sentido de ensinar alguém a fazer política, mas o papel do militante é este: saber perder e saber criar alternativas em função aos resultados eleitorais.

Por último, a união dentro do círculo político geral num partido consegue-se através da eliminação de conflitos malignos. Se assim não for, tem como resultado favorecer apenas os partidos da oposição, nada mais.

Precariedade laboral ou trabalho com direitos?

JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

A vasta mobilização social promovida pelos estudantes e pelos sindicatos franceses tornou possível a abolição do Contrato Primeiro Emprego (CPE) inventado pelo primeiro-ministro, Dominique Villepin. Se entrasse em vigor, o CPE constituiria provavelmente o princípio do fim modelo social europeu, já que um dos seus pilares, a proibição dos despedimentos sem justa causa, seria desmantelado. De facto, aplicado às microempresas e abrangendo os jovens à procura do primeiro emprego o CPE deixaria durante dois anos o trabalhador completamente dependente do arbítrio da entidade patronal que poderia despedi-lo sem sequer se preocupar com uma eventual indemnização. A possibilidade de alargar este modelo contratual a outras categorias etárias e a tendência para nivelar por baixo os direitos sociais e laborais seria uma porta aberta para a precarização laboral generalizada que mais cedo ou mais tarde acabaria por atingir os próprios contratos colectivos de trabalho. Por isso, a abolição do CPE constituiu um importante passo em frente na resistência às imposições totalitárias de uma ordem neoliberal para a qual a única resposta ao desemprego consiste na generalização da precariedade e insegurança laborais.

Algumas vozes bem-pensantes

destacaram-se, porém, na crítica aos sindicatos e ao movimento estudantil. Daniel Cohn-Bendit, um dos míticos dirigentes de Maio 68, foi uma delas. Para Dany Le Rouge a geração a que pertencia tinha “uma visão positiva do futuro, enquanto os protestos actuais baseiam-se no medo da insegurança e da mudança”. O que se destaca na argumentação do ex-revolucionário é que a defesa do direito à estabilidade de emprego surge como “medo” da insegurança. Presume-se também que o outro “medo”, o da mudança, consista na recusa da submissão fatalista às exigências do capitalismo global que reduz ao mínimo denominador comum as protecções laborais, pondo os trabalhadores a concorrerem uns com os outros na procura de um emprego cada vez mais precário. Em suma: “Deixa-te levar pelo curso do mundo; apenas te resta adaptar-te às circunstâncias e conformar-te à precariedade”.

Este tipo de argumentação tem no articulista do jornal espanhol El País, Angel Ubide, um empenhado paladino. Num artigo significativamente intitulado, La Francia menguante, utiliza uma fórmula lapidar: “A melhor política para aumentar o emprego é reduzir as restrições aos despedimentos” (14.04.06). Ou seja: “A melhor forma de arranjar um emprego é deixares que te ponham o mais rapidamente possível no olho da rua”, eis o profundo

significado da douta fórmula. Os trabalhadores devem portanto limitar-se a adaptar-se às circunstâncias de um mercado laboral cada vez mais precário. Todas as tentativas de defesa dos direitos laborais são concebidas como contraproduzidas porque contrariam a liberdade de despedimento, princípio estratégico orientador da política de emprego dos “novos reformadores”. A globalização neoliberal constitui para eles um horizonte inelutável a que todos se devem submeter incondicionalmente. Só que esta globalização apenas tem contribuído para aprofundar as desigualdades sociais e económicas à escala mundial e para aumentar os índices de capitalização bolsista sem criar mais e melhor emprego para todos.

Os sindicatos e o movimento estudantil franceses representam uma ruptura relativamente ao conformismo neoliberal dominante. Ambos reivindicam um trabalho com direitos. A precariedade laboral nunca poderá constituir uma alternativa para a criação do emprego. Pelo contrário, o seu efeito depressivo sobre a procura global contribuirá para aumentar a taxa de desemprego a médio e a longo prazo. Mas a cegueira ideológica dos “novos reformadores” ou dos reconvertidos ao liberalismo está tão profundamente enraizada nas suas mentes que já nem se apercebem das verdades lógicas mais evidentes.

OPINIÃO



MARCOS SÁ
Deputado
msa@ps.parlamento.pt

Pelas posições públicas da oposição, até parece que só vão começar a existir resíduos industriais perigosos, quando avançar a co-incineração. A verdade pura e dura é que estes resíduos só deixarão de existir quando forem co-incinerados!

Melhorar o ambiente é promover a saúde pública

A CO-INCINERAÇÃO é a melhor solução para o tratamento da fracção incinerável dos resíduos. Esta é evidente a falar da parte mais perigosa dos resíduos, que não pode de nenhuma forma ser depositada em aterros e que não tem outra solução adequada senão a valorização energética.

Foi por isso um erro o Governo do PSD ter revogado a co-incineração e termos como alternativa à resolução dos nossos problemas a mera exportação de resíduos.

Foi um erro porque viola claramente todas as orientações da política europeia de resíduos, que institui o princípio da auto-suficiência, segundo o qual cada país deve tratar os seus próprios resíduos no seu território.

Foi também um erro porque retirou competitividade à indústria portuguesa, oferecendo-lhe uma solução cara e incerta.

Bem sabemos que esta solução poderá não ser o caminho mais fácil. São aliás compreensíveis os receios das populações, devido principalmente a constantes manobras e declarações de alguns políticos...

Pelas posições públicas da oposição, até parece que só vão começar a existir resíduos industriais perigosos, quando avançar a co-incineração.

A verdade pura e dura é que estes resíduos só deixarão de existir quando forem co-incinerados!

Demonstramos assim coerência nesta matéria. Técnica e política.

Técnica, porque pela segunda vez uma comissão científica assume que a co-incineração é a melhor solução e política porque iremos cumprir mais um compromisso que fizemos com os eleitores, nas últimas legislativas: o de implementar rapidamente a co-incineração para tratar os resíduos industriais perigosos.

Convém no entanto reforçar três ideias-chave:

1. Visto que defendemos o princípio da auto-suficiência, em matéria de resíduos, e somos frontalmente contra a sua exportação deveremos defender o mesmo princípio no que diz respeito à importação de resíduos industriais perigosos.

2. Deveremos reafirmar a importância das comissões locais de acompanhamento, pois reforçam a total transparência desta actividade.

3. Não poderemos ceder a populismos baratos ou a discursos fáceis. Como é do conhecimento público o actual presidente da Câmara Municipal de Coimbra anunciou que não irá emitir uma suposta licença para o início desta actividade na cimenteira de Souselas. Esquece-se no entanto, o senhor presidente de Câmara, que não lhe estão atribuídas competências para dar ou não licenças sobre esta actividade.

Este é o caminho da responsabilidade, é o caminho que dignifica a política de ambiente, um caminho que serve efectivamente o país!



25 de Abril comemorado no Parlamento

COMO tem vindo a acontecer todos os anos, a data da Revolução dos Cravos foi mais uma vez assinalada com a tradicional sessão solene na Assembleia da República. Paralelamente a esta iniciativa oficial, foi inaugurada uma exposição alusiva à data, que consiste numa espécie de túnel com imagens virtuais sobre a Revolução democrática de Abril de 1974.

Na sessão solene comemorativa dos 32 anos do 25 de Abril, intervieram, para além do Presidente da República e do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, os representantes de todos os partidos com assento parlamentar.

Em nome do Partido Socialista usou da palavra o deputado Vera Jardim, que depois de saudar, entre outros, os capitães de Abril, lembrando o papel determinante que os militares tiveram no derrube do “regime repressivo e arbitrário que durante mais de 40 anos oprimiu os portugueses”, sublinhou mais à frente na sua intervenção, que ao comemorar os 32 anos do 25 de Abril, o país não está só a assinalar a chegada da liberdade e da democracia, devendo a ocasião servir também “para revigorarmos as convicções e a confiança em tempo de dificuldades”.

A confiança, lembrou, que nos advém de revisitarmos o ideal que esteve na base do movimento revolucionário, “não deixando de assinalar as dificuldades que o país atravessa e o esforço que é pedido aos portugueses para as podermos ultrapassar”. É aí, acrescentou ainda Vera Jardim, “que os ideais de Abril inscritos na Constituição podem constituir elemento inspirador do nosso futuro colectivo”.

Para o deputado socialista, as condições económicas e sociais



num mundo globalizado “são hoje muito diversas das que existiam há 32 anos”. Contudo, e apesar deste novo quadro, como também sublinhou, “continuamos a querer uma sociedade mais justa e com mais igualdade de oportunidades”.

Aceitamos, disse Vera Jardim, “a economia de mercado como forma de organização económica”, mas rejeitamos “a sociedade de mercado”, em que todos os bens, da cultura à saúde, da educação à justiça e à segurança, “estejam entregues e subme-

tidas às leis da oferta e da procura e ao simples domínio do lucro”.

A primeira intervenção desta sessão solene comemorativa do 25 de Abril coube ao Presidente da Assembleia da República.

Jaime Gama começou por lembrar o Portugal de há 32 anos, onde prevalecia o anacronismo, sustentado e protegido “por um tenaz mecanismo de autodefesa, em que a censura, a bastonada, a tortura, as penas arbitrarias, a deportação e o exílio forçado ou a eliminação física

se aliavam às irradiações e à discriminação na função pública, à perseguição económica, à doutrinação oficial pela propaganda, à expulsão das Universidades, ao incentivo a denúncia e à delação e à vigilância sistemática da vida individual e colectiva por redes gratificadas de informadores”.

Por estas e por muitas outras razões, na opinião de Jaime Gama, “não podemos deixar na sombra todos os que em Portugal se ergueram contra a ditadura e mantiveram

acesa, grande ou pequena que fosse, uma chama libertadora”.

Dir-se-á que três décadas ainda é pouco para se poder avaliar com a profundidade necessária muitos dos fundamentos que sustentaram os ideais de Abril, mas três décadas de democracia consolidada, como defendeu o presidente do Parlamento, “como a que vivemos em paz e segurança, constituem, desde já, um inegável património político do país”.

R.S.A.

DESEMPREGO DIMINUI EM MARÇO

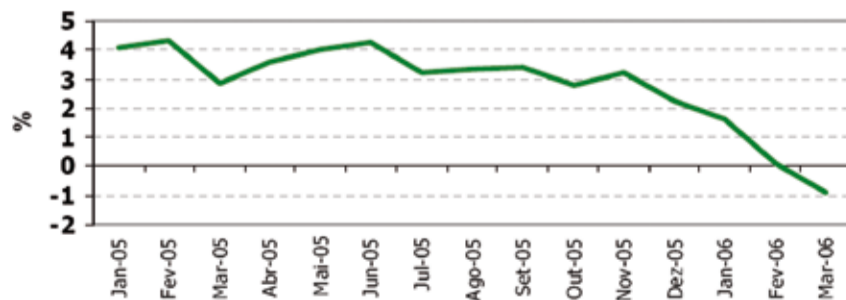
MARINA DUTRA

Pela primeira vez, nos últimos 40 meses, o desemprego baixou em Portugal.

Desde Fevereiro de 2002 que o desemprego crescia.

Em Março, o n.º de desempregados inscritos nos Centros de Emprego foi de 480.164: menos 4.323 (1%) que no mês homólogo do ano anterior, e menos 7.772 (2%) que no mês anterior (Fevereiro de 2006).

Desemprego Registrado
(Taxa de variação homóloga)



Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt
■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N.º 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X
■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt